



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### ----- Acta n.º 286 -----

-----  
----- Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, e secretariada pelo Primeiro Secretário, Senhor Jorge Manuel da Silva Loureiro, e pela Segunda Secretária, Senhora Anabela de Seabra Santos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação e votação das actas n.ºs 283 e 284, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 34.º do RAMA";-----

----- Ponto dois: "Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA";-----

----- **Período da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)";-----

----- Ponto dois: "Apresentação, discussão e votação da proposta de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal do Município de Anadia, para o ano dois mil e doze, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto três: "Apresentação, discussão e votação da proposta de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Anadia, para o ano dois mil e doze, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- **Período de Intervenção do Público:**-----

----- *Período de Intervenção do Público, nos termos do Artigo 36.º do RAMA.*-----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas catorze horas e trinta e oito minutos.-----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PPD/PSD;-----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS;-----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PPD/PSD;-----
- • Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca – GM do PS;-----
- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-Partido Popular;-----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do PPD/PSD;-----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do PPD/PSD;-----
- • Rui António de Almeida Marinha – GM do PS;-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • José Lagoa Duarte – GM do PPD/PSD;-----
- • Carlos Manuel do Cruzeiro Oliveira – GM do PPD/PSD;-----
- • Mónica Rita Pimenta Lousado – GM do PS;-----
- • João Alves Morais – GM da CDU;-----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do PPD/PSD;-----
- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do CDS-Partido Popular;-----
- • Pedro Miguel da Costa Pereira Dias – GM do PPD/PSD;-----
- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PPD/PSD;-----
- • Jennifer Nunes Pereira – GM do PPD/PSD;-----
- • Isabel Cristina da Silva Gonçalves – GM do PS;-----
- Não compareceu à sessão o seguinte Senhor Deputado, do indicado Grupo Municipal (GM):-----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS;-----
- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:-----
- • José Cerveira Lagoa – GM do PS – PJF de Aguim;-----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PPD/PSD – PJF da Amoreira da Gândara;-----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PPD/PSD – PJF de Ancas;-----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PPD/PSD – PJF de Arcos;-----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Caminho;-----
- • Manuel Baptista Veiga – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Cima;-----
- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores;-----
- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PPD/PSD – PJF da Moita;-----
- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD – PJF de Óis do Bairro;-----
- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PPD/PSD – PJF de Paredes do Bairro;-----
- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos;-----
- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PPD/PSD – PJF de São Lourenço do Bairro;-----
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do PPD/PSD – PJF de Tamengos;-----
- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros;-----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD – PJF de Vilarinho do Bairro.-----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:-----
- • Litério Augusto Marques – PPD/PSD – Presidente;-----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PPD/PSD – Vereadora e Vice-Presidente;-----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;-----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PPD/PSD – Vereador.-----
- • Maria Dulcínea da Silva Dias Ferreira Nogueira – PPD/PSD – Vereadora;-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – PS – Vereador;-----

----- • Rosa Maria Tomás da Conceição – PPD/PSD – Vereadora.-----

----- Declarada aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia de vinte e dois de Dezembro, e relembrada a ordem do dia da sessão ora iniciada, de imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de antes da ordem do dia, nomeadamente ao seu ponto um: *“Apreciação e votação das actas números duzentos e oitenta e três e duzentos e oitenta e quatro, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 34.º do RAMA”*.-----

----- Nesse âmbito, deu início ao período de discussão da acta número duzentos e oitenta e três, da sessão ordinária de trinta de Setembro de dois mil e onze. Não tendo havido lugar a qualquer intervenção no período de discussão daquela acta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, de imediato, à sua votação, após o que anunciou que a mesma tinha sido aprovada por maioria, com duas abstenções dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade e Carlos Manuel Cruzeiro de Oliveira, e vinte e quatro votos a favor dos restantes Senhores Deputados dos vários Grupos Municipais, presentes naquela sessão da Assembleia Municipal.-----

----- Decorrida a votação da acta número duzentos e oitenta e três, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de discussão da acta número duzentos e oitenta e quatro, da sessão extraordinária de trinta e um de Outubro de dois mil e onze. Não tendo igualmente havido lugar a qualquer intervenção no período de discussão daquela acta, submeteu a mesma a votação, finda a qual anunciou que a sobredita acta tinha sido aprovada por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Deputados Manuel Maria Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, e João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, por não terem estado presentes na sessão a que a mesma diz respeito, e vinte e sete votos a favor dos restantes Senhores Deputados presentes na sala.-----

----- Decorridas as votações respeitantes às actas números duzentos e oitenta e três e duzentos e oitenta e quatro, do primeiro ponto do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao segundo ponto desse período de antes da ordem do dia: *“Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA”*.-----

----- Uma vez iniciado o período de discussão daquele segundo ponto do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para uma primeira intervenção, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, do GM do PPD/PSD.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, passou a apresentar a seguinte declaração:-----

----- *“Vivemos um tempo em que as solicitações, e por vezes as ambições, justas ou não, nos fazem sentir que por mais que sejamos organizados e por mais que corramos, chegamos cada vez mais atrasados. Esta constatação torna-nos, e à sociedade, cada vez mais egoístas e, portanto, menos solidários, o que se reflecte num menor número de pessoas disponíveis para*



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assegurar e desenvolver as Associações, quer sejam desportivas, culturais, sociais, ou de qualquer outro cariz.-----

----- Quando uma Associação festeja um aniversário, honra o seu passado e demonstra vitalidade e juventude. Quando este aniversário é o octogésimo quinto, maior é ainda o seu valor. Estou naturalmente a referir-me ao Anadia Futebol Clube, um clube eclético, que ao longo dos anos tem levado o nome de Anadia a todos os pontos do país e do estrangeiro, e tem sido até um elo de ligação a muitos anadienses que vivem e trabalham nos mais remotos pontos do mundo, sempre ansiosos por ver o nome da sua terra engrandecido. O Anadia Futebol Clube tem ao longo destes anos sabido cumprir a missão que um punhado de anadienses, orgulhosos da sua terra, lhe vaticinou, e por certo ambicionou, há oitenta e cinco anos.-----

----- Para juntar à comemoração do aniversário deste ano, e sem esquecer a lembrança de alguns que lhe deram, ou continuam a dar, o melhor de si, Vossa Excelência, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Anadia, naturalmente com o apoio dos seus Vereadores, tinha uma prenda de enorme significado e importância para oferecer: uma nova sede, um novo espaço moderno e acolhedor que engrandece o clube e a cidade, sem esquecermos as melhorias já realizadas no Estádio.-----

----- O Senhor Presidente demonstrou estar atento à realidade do associativismo no concelho. Anadia é mesmo um concelho em que o desporto, em global, é acarinhado e promovido, quer seja o desporto de alta competição, quer seja o do lazer dos cidadãos. Com estes actos, Vossa Excelência, Senhor Presidente, está a reconhecer o enorme trabalho que as instituições desenvolvem, ombreado por dezenas de pessoas que não olham a meios para honrar a sua terra e poder, anonimamente, ajudar a formar a nova sociedade de Anadia e de Portugal. Pelo Anadia Futebol Clube, agradeço-lhe, Senhor Presidente.-----

----- As parcerias são boas para o clube, mas também o são para a população em geral, que mesmo que não goste das várias modalidades praticadas, fica sempre feliz quando vê, ou quando lê o nome da sua terra vitoriado. A sociedade nunca está satisfeita, e esta insatisfação faz com que nunca possamos dizer que a obra está terminada. Cumpriu-se, somente, uma etapa.-----

----- Já que me referi a parcerias, gostaria de aproveitar o momento para pensar no futuro. O concelho de Anadia, durante os seus mandatos, enveredou pela "centralização" do ensino do primeiro ciclo com a entrada em funcionamento do primeiro pólo escolar e, como sabemos, outros se seguirão. Pessoalmente, concordo em absoluto com esta orientação. Mas a abertura dos pólos escolares vem esvaziar anteriores espaços escolares, que, se não forem rapidamente reconvertidos, entrarão em natural degradação acelerada por algum vandalismo também. São espaços de grande importância para as populações que se sentem directamente ligados a eles.-

----- Penso que não seria muito dispendioso, e até teríamos a sua manutenção assegurada, se as instituições e grupos de cidadãos pudessem utilizá-los para as suas sedes, ou outras actividades. Seria como que a continuação da efeméride que eu aqui quis chamar a atenção da



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nova sede do Anadia Futebol Clube. Muito obrigado pela atenção que me dispensaram.”-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Dino Rasga, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Arménio Cerca, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e também Presidente da Junta de Freguesia de Ancas.-----

----- Uma vez cumprimentados os presentes naquela que era a sua primeira intervenção na sessão, o Senhor Deputado disse pretender colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente a um assunto abordado na última reunião do Conselho Municipal de Segurança. Assim, deu a conhecer que naquela reunião tinha sido debatida a problemática da vigilância dos bustos que ainda existem no município, referindo tratar-se de um património do município bastante valioso e que vinha sendo, tanto quanto sabia, mais vigiado pela GNR.-----

----- Nesse âmbito, o Senhor Deputado recordou uma notícia que tinha sido recentemente publicada num jornal que, de certa forma, colocava em causa esse mesmo reforço da vigilância que entretanto vinha sendo implementada. Por tal facto, disse pretender saber o que o Senhor Presidente da Câmara Municipal pensava fazer, ou se já tinham sido tomadas quaisquer medidas quanto àquela questão.-----

----- Volvidas duas intervenções de Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder o que tivesse por conveniente.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, depois de também cumprir os presentes, começou por se dirigir ao Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do PPD/PSD. Passou, então, a referir que a Câmara Municipal, com a decisão de cedência de um espaço para instalação da sede do Anadia Futebol Clube, com as condições que lhe são conhecidas, não trabalhou apenas em prol do Anadia. Não deixou, no entanto, de reconhecer que o Anadia é na verdade a colectividade em termos desportivos, e até talvez sociais, que desenvolve um papel na área do desporto mais influente, que se pode considerar mais realizado.-----

----- Todavia, disse ao senhor Deputado que a Câmara Municipal tinha feito o que deveria fazer com o Anadia, porque tinha condições para o efeito e acrescentou ter sido uma decisão que a própria Câmara tinha tomado por unanimidade, por entender haver razões suficientes para o fazer.-----

----- Não obstante a parte do Anadia, informou o Senhor Deputado que a Câmara Municipal, paralelamente, tem vindo a desenvolver, com algum esforço, a parte estrutural das Associações desportivas do concelho. Disse, mesmo, que no ano que se aproxima iriam continuar a trabalhar nesse sentido, sublinhando que a Câmara Municipal não tem, portanto, deixado de parte outras Associações, pelo facto de Anadia ter visto, de uma assentada, o problema da sua sede resolvido, e naturalmente, também, da instalação desportiva, que é o Estádio Municipal. No entanto, ressaltou que o Estádio Municipal nada tem que ver com o Anadia, por se tratar de uma instalação que pode ser utilizada por qualquer outra colectividade, se necessário for,



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

devidamente acordadas as situações.-----

----- Entretanto, destacou uma parte na comunicação do Senhor Deputado Dino rasga que disse ir precisamente ao encontro de uma prática da Câmara Municipal. Referindo-se à questão dos novos centros escolares, informou que as construções iriam seguindo, de acordo com as possibilidades financeiras do Município, e naturalmente, também, dos apoios comunitários, e reconheceu que, na verdade, existem muitos espaços que ficam vagos. No entanto, também referiu que tem vindo, a pouco e pouco, em colaboração com as Juntas de Freguesia, a ser cedida a responsabilidade da sua manutenção e da sua utilização, quer às Juntas de Freguesia, quer a Associações radicadas no concelho.-----

----- Disse, inclusivamente, não se tratar de uma diligência fácil de cumprir, na medida em que muitas dessas instalações necessitam de adaptações e a própria Câmara Municipal tem vindo, em colaboração com as Associações com as quais vai sendo protocolada a sua cedência, uma vez que se trata sempre de propriedade municipal, que não é sequer alienada, a dar a possibilidade aos residentes organizados de as utilizar e de as manter. Concluiu, assim, que tem sido essa a posição da Câmara Municipal e adiantou que iria continuar a ser seguida essa prática, até porque os pedidos estavam sempre a surgir, num sinal claro de que o concelho está vivo e de que as Associações querem realmente progredir e fazer algo de bem para com as pessoas que pertencem a essa área habitacional.-----

----- Agradeceu ao Senhor Deputado o facto de lhe ter proporcionado falar daquela questão, porque normalmente eram apresentados na Assembleia pontos de crítica, que não deixavam de ser aceitáveis, mas que de certa maneira apareciam com muita intencionalidade de pôr em causa o trabalho desenvolvido pela Autarquia. Não obstante, não deixou de reconhecer que nem tudo estava bem, e por isso disse que a Assembleia Municipal tinha a obrigação de chamar a atenção daquelas situações. Aproveitou, ainda, para assegurar ao Senhor Deputado que daquela maneira lhe podia garantir estarem asseguradas as preocupações e para agradecer a forma desinteressada como tinha trazido aquele assunto à Assembleia Municipal.-----

----- Passou, entretanto, a responder ao Senhor Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD, e Presidente da Junta de Freguesia de Ancas, Arménio Cerca, sobre os bustos vandalizados.-----

----- Sobre essa matéria, começou por recordar que o Conselho Municipal de Segurança funcionava na Câmara, e apesar de ser um órgão de carácter consultivo, mal seria se a Câmara Municipal não levasse em linha de conta as conclusões resultantes das suas reuniões.-----

----- Informou, entretanto, o Senhor Deputado que já tinha chegado à Câmara Municipal a preocupação manifestada pelo Conselho Municipal de Segurança, resultado da discussão havida na sua reunião. Reconheceu, assim, tratar-se de assuntos preocupantes, e precisamente por serem preocupantes, disse não serem para o Presidente da Câmara Municipal resolver por si só, pelo que os submeteu à consideração do próprio Executivo Municipal.-----

----- Nessa conformidade, informou que precisamente na última reunião do Executivo Municipal, aqueles problemas tinham sido alvo de discussão, da qual tinha resultado uma deliberação que



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como não tinha sido aprovada em minuta, faria parte da acta que só iria ser aprovada na reunião seguinte. Todavia, disse poder adiantar que o Executivo Municipal tinha manifestado a sua preocupação com aquele tipo de notícia.-----

----- A propósito, aproveitou para referir nada ter contra a comunicação social, mas disse que também não poderiam deixar de reconhecer, e apesar de nada terem a esconder, porque tudo era feito com a maior transparência possível, que certas notícias, e em certos momentos, podiam, de certa maneira, complicar a acção das autoridades. Para tal, considerou que naquele caso se justificava a sua afirmação, porquanto perante os furtos ocorridos no concelho de Anadia, e não só, tinha crescido a preocupação das autoridades, quer da Câmara, quer das autoridades de segurança, quanto ao modo de proteger os bustos.-----

----- Deixou bem claro, também, que a vigilância aos bustos competia à GNR. Mas adiantou ser opinião do Executivo que a notícia veio, de certa maneira, dar a conhecer o projecto de segurança da GNR, apesar de ressaltar o facto de não competir ao Presidente, ou à Câmara Municipal, dizer se tal atitude estaria certa ou errada. Todavia, sublinhou que algo ficaria como certo, o facto de a notícia, para além de identificar os bustos desaparecidos, ou furtados, ter naturalmente dado a conhecer a existência de outros.-----

----- Como tal, reconheceu que tal facto lhe tinha criado uma certa preocupação que o tinha levado a perguntar à Câmara que presido, se não seria bom o Executivo Municipal solidarizar-se com a GNR e, ao mesmo tempo, solicitar àquela força de segurança um reforço das suas fileiras no concelho, também para guardar as pessoas que nos últimos tempos vinham praticando furtos de toda a natureza. Adiantou, assim, que todos os elementos do Executivo tinham concordado, pelo que tomaram a decisão de se solidarizar, no fundo, com o trabalho da GNR, prestando-lhe o apoio possível para que a segurança dos bustos fosse uma realidade, mas, ao mesmo tempo, de lhe dizer para não descurar, com essa preocupação a ter com os bustos, a segurança global do concelho. Por fim, adiantou que logo que a acta fosse aprovada, iriam, ainda, solicitar à GNR um reforço dos efectivos no concelho.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Deputado Municipal passou a apresentar, em nome do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, uma Moção/Proposta de Deliberação, com o seguinte teor:-----

----- "O Grupo Municipal do CDS-Partido Popular de Anadia, considerando que:-----

----- 1) Foi aprovado em congresso, pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, que apesar da diminuição de receitas das Câmaras Municipais e da crise económica, os Municípios não podem deixar para trás as questões de ordem social. Pelo que os Municípios devem procurar as melhores soluções para os problemas sentidos pelas populações.-----

----- 2) A título meramente exemplificativo, vários Municípios do norte e sul do país aderiram à



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

iniciativa de abrir, durante as férias do Natal, as suas cantinas escolares, proporcionando às crianças entre os três e os dez anos, a possibilidade de continuarem a almoçar gratuitamente nas cantinas das respectivas escolas. Com a crise económica a avançar de uma forma dramática, esta poderá ser a única refeição quente do dia para muitos alunos.-----

----- 3) Outro exemplo de apoio, a que já aderiram outras Autarquias, é a Câmara apoiar as IPSS's, no sentido das famílias irem discretamente, para que se mantenha a sua dignidade, buscar as refeições às IPSS's.-----

----- 4) Os cidadãos e as empresas estão numa situação económica gravíssima, pelo que se torna urgente que as autarquias implementem medidas extraordinárias de apoio. Sucede que o Executivo da Câmara Municipal de Anadia optou por ficar com os cinco por cento do IRS de todo o concelho e não baixar a taxa de Derrama, prejudicando as famílias e as empresas.-----

----- 5) No sentido de minimizar localmente os efeitos da crise, o Grupo Municipal do CDS-Partido Popular de Anadia contribui com as seguintes propostas:-----

----- - Criação do Gabinete de combate à crise (com a missão de elaborar um Plano e uma Agenda Social e superintender toda a Rede de entidades sociais e económicas);-----

----- - Criação da Loja Social (para informar os munícipes, recolher donativos e centralizar os serviços de cariz social);-----

----- - Incentivos à maternidade, adopção e fixação de jovens casais no concelho;-----

----- - Redução das taxas, licenças, tarifas e preços dos serviços municipais, para os que se encontram em situação de maior carência;-----

----- - Comparticipação em medicamentos, pagamento da vacina da gripe, sobretudo aos idosos e crianças, ajuda em tratamento e consultas, nomeadamente, facilitando os transportes;-----

----- - Comparticipação em passes sociais a desempregados ou famílias com fracos recursos;---

----- - Ajuda às famílias com filhos a estudar, em qualquer nível de ensino, desde bolsas de estudo a passes sociais, refeições e livros escolares;-----

----- - Descontos em farmácias, clínicas, supermercados e comércio local;-----

----- - Atribuição de vales de alimentos, alargamento do horário do refeitório existente e a criação de cantinas sociais;-----

----- - Apoio na recuperação de habitações degradadas;-----

----- - Construção de habitações sociais;-----

----- - Criação de uma Bolsa de contratação municipal (emprego e empresas);-----

----- - Contratação pela Câmara de desempregados do concelho (em parceria com o IEFP) e alargamento do número de estágios profissionais para jovens licenciados;-----

----- - Apoiar campanhas para o consumo do que é português e concelhio, criando emprego e relançando a economia;-----

----- - Poupar energia (instalando lâmpadas económicas e utilizando energias renováveis, como seja o biodiesel);-----

----- - Suspensão do Boletim Municipal, canalizando essas verbas para as necessidades da



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

população;-----

----- - Apoio à inovação, ao empreendedorismo e à empregabilidade, dirigido às empresas, a empresários em nome individual e a profissionais liberais, com sede ou domicílio pessoal e fiscal no concelho, constituídas ou a constituir até dois mil e treze;-----

----- - Criar um Plano de Apoio às Micro e Pequenas empresas, onde exista um fundo de apoio financeiro “a fundo perdido” para as que criem cinco ou mais postos de trabalho;-----

----- Pelo que, o Grupo Municipal do CDS-Partido Popular de Anadia propõe que esta Assembleia, ao abrigo do disposto no RAMA, delibere:-----

----- A recomendação à Câmara Municipal para que tome medidas de ordem social, atendendo à crise económica, lançando mão, se assim entender, das propostas supra apresentadas e para que tenha em conta tais medidas no presente ano e subsequentes.”-----

----- Apresentada a Moção/Proposta de Deliberação, o Senhor Deputado disse ter, ainda, uma questão a colocar à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, sobre quais as medidas que estavam a ser tomadas pela Câmara Municipal no âmbito da questão do Documento Verde. Sobre a matéria, recordou que até Janeiro, as Assembleias de Freguesias, e a própria Assembleia Municipal, deveriam tomar uma posição quanto às medidas governamentais que estavam para ser tomadas. E, nesse âmbito, disse que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara elucidasse os presentes acerca das medidas que estavam, que já tinham sido e que iriam ser tomadas relativamente ao Documento Verde.-----

----- Considerada a intervenção efectuada pelo Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, e as questões apresentadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer não perceber como o Senhor Deputado poderia propor aquelas medidas, quando o seu partido também fazia parte do Governo que todos os dias retirava às Câmaras Municipais milhões de euros. Considerou, assim, que as propostas apresentadas teriam toda a validade se o Senhor Deputado propusesse, também, como conseguiu-las. Para tal, disse bastar remeter um relatório para a Câmara, uma vez não via grande interesse no Senhor Deputado em ler os regulamentos da Câmara Municipal de apoio ao social. Portanto, adiantou que essas iniciativas, essas reivindicações, efectivamente só compreendia serem possíveis em Câmaras ricas, ou até mesmo em Estados ricos. E só entendia, também, que o Senhor Deputado propunha dar, por não ser ele a dar e por não ter consciência da parte financeira que tais medidas envolviam. Portanto, lançou um desafio ao Senhor Deputado, no sentido de lhe dizer como implementar aquelas medidas, porque a terem sustentabilidade, submetê-las-ia à Assembleia para lhe facultar a capacidade de executar.-----

----- Quanto ao Documento Verde, e como seria do conhecimento do Senhor Deputado, adiantou ser da responsabilidade das Assembleias de Freguesia e da própria Assembleia Municipal. Não deixou, no entanto, de referir que a Câmara Municipal também teria de ser chamada em seu devido tempo e, nessa altura, daria, a quem de direito, a sua opinião e o



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resultado do estudo que fizer para o efeito.-----

----- Dando continuidade à discussão do ponto dois do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS para intervir.-----

----- Cumprimentados os presentes, o Senhor Deputado começou por dizer que lhe parecia haver muita gente que se esquecia de algumas datas que apesar de tudo eram revestidas de algum significado, referindo-se, em concreto, à data de elevação de Anadia a cidade. Portanto, e como lhe parecia que toda a gente se tinha esquecido, disse ter solicitado a palavra apenas para relembrar essa data.-----

----- No seguimento da curta intervenção do Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Em posse da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse pretender, também em breves segundos, responder ao Senhor Deputado Rui Marinha. Assim, referiu que realmente nem se dava pela data de elevação de Anadia a cidade porque, felizmente, estavam muito entretidos com as obras que vinham sendo realizadas a partir desse momento.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Naquela que era a sua primeira intervenção na sessão, o Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, passou a falar do assunto levantado pelo Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, sobre a questão social. Adiantou, assim, que o Grupo Municipal do PS também tinha pensado nessa questão, que a todos preocupa, mas tinham reservado alguns comentários para a discussão do orçamento.-----

----- Uma vez que o assunto tinha sido levantado, disse pretender apenas recordar que a preocupação principal do Grupo Municipal do PS era que todas aquelas preocupações fossem atendidas. Recordou, entretanto, que a Câmara Municipal tinha o mecanismo do Fundo Social, que reconheceu não saber se daria para responder a todas aquelas preocupações, mas para algumas daria, pelo que, portanto, o que poderia dizer era que a Câmara prestasse toda a atenção e tivesse a máxima sensibilidade.-----

----- Referiu, ainda, que se eventualmente o Senhor Presidente tivesse algum arranjo orgânico específico, para justamente captar com mais facilidade as situações de carência graves, que tudo indicava que se poderiam agravar no ano seguinte, em termos de desemprego, de fome, de extrema necessidade, que, portanto, prestasse atenção e utilizasse da melhor maneira o Fundo Social. Pediu, ainda, que se necessário fosse, e na medida do possível, pois que até propusesse reforçar a verba e, eventualmente, promovesse uma flexibilização das regras de acesso. Portanto, e a concluir, pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para rentabilizar o mais possível um mecanismo já existente para aquelas situações.-----

----- Não existindo qualquer outro pedido de intervenção, e antes de encerrar aquele ponto dois



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Grupo Municipal do CDS-Partido Popular de que a sua recomendação seria enviada ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, quem entenderia, dentro das suas prerrogativas, aquilo que estivesse, com certeza, ao seu alcance perante os problemas que tinham sido levantados.-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de antes da ordem do dia, passando, prontamente, ao período da ordem do dia.-----

----- Iniciado o período da ordem do dia, e depois de ler os três pontos que da mesma faziam parte, passou a apresentar o primeiro ponto: *“Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)”*.-----

----- Apresentado o primeiro ponto, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal uma introdução ao mesmo.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por constatar, e como seria do conhecimento geral, que a situação económica no país se estava a degradar de dia para dia, adiantando que uns diziam que viria de trás e outros que o à frente seria pior. No entanto, declarou que a verdade era que a Câmara Municipal de Anadia, no momento, e para tal bastava ler a informação, tinha uma carteira de obras muito importante, mesmo com uma grandeza em termos de valores nunca vista.-----

----- Apesar dessa realidade, não deixou de referir que a preocupação da maioria no Executivo se avolumava de dia para dia, uma vez que as obras eram muitas, e quase todas do QREN, mas com responsabilidade repartida entre o QREN e a Câmara Municipal. Acrescentou, ainda, que apesar de a situação económica do Município, até então, ter sido boa, a verdade era que corria o risco, quando terminadas aquelas obras, de ficar com alguns problemas financeiros. Manifestou-se, no entanto, confiante que tal não iria acontecer, explicando que se assim não fosse, com certeza que poderia optar por outra solução, não candidatar a Câmara Municipal às obras. Mas por considerar que isso seria um crime que cometeria de lesa Município, adiantou, portanto, que nunca o faria, antecipando, ainda, que iria lutando para que os financiamentos a que a Câmara Municipal teria direito pudessem acontecer para que todas aquelas obras fossem concluídas.-----

----- Sobre o documento, referiu, ainda, que o mesmo não versava apenas obras, mas também de uma actividade que vinha sendo permanente ao longo dos anos e que, portanto, em pouco poderia alterar a situação económica do Executivo.-----

----- Informou, entretanto, que não obstante aquela preocupação, que leva a maioria no Executivo a ponderar muitas vezes as obras, aquelas situações, embora complicadas, vinham sendo resolvidas. E vinham sendo resolvidas por uma razão muito simples, explicou, que era o facto de o QREN não falhar a sua participação à Câmara Municipal de Anadia, o que, a continuar, dava alguma tranquilidade aquando do lançamento das obras a concurso. Ainda assim, a correr mal, defendeu que não dependia do Executivo, mas de compromissos que



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eventualmente tivessem sido assumidos e perante os quais, entretanto, ninguém se responsabilizava.-----

----- Entretanto, disse esperar que no princípio do ano, um Governo, com o seu próprio orçamento, pudesse efectivamente criar condições para que os Municípios continuassem a ser o grande motor do desenvolvimento do país. Porquanto, continuou, se assim não acontecesse, cairiam numa centralização que levaria, por certo, o país a uma situação económica tremendamente difícil. Considerou, ainda, que não havendo trabalho, não poderia haver rendimento, e o trabalho só seria feito havendo razões para tal, como obras, programas, o que concluiu não se ver no momento.-----

----- A finalizar, revelou, portanto, alguma ansiedade por parte do Executivo, e da sua parte, em particular, que em futuras sessões tenha de submeter aquele tipo de documento com informação pouco mais que residual, como resultado do valor que estava a ser retirado aos Municípios, e que também era do conhecimento das Juntas de Freguesia, porque o corte na percentagem também era válido para as Freguesias. Essa declarou ser efectivamente a sua preocupação.-----

----- A concluir, disse considerar que naquele documento estava expresso tudo aquilo que vinha sendo a intenção de mostrar que o Executivo trabalha e que colabora, disponibilizando-se, no final, para responder às perguntas que viessem a ser colocadas pelos Senhores Deputados relativamente àquele documento.-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado começou por dizer que da leitura que tinha efectuado ao documento, gostaria de ver esclarecidos alguns pontos que lhe pareciam não estar suficientemente claros. Relativamente a uma primeira questão, que se prendia com a questão das rotundas, e nomeadamente com um caso de uma repavimentação de uma rotunda, disse que gostaria de chamar a atenção para o facto de haver várias rotundas a necessitar de intervenção, por o piso se encontrar extremamente deteriorado. Disse, entretanto, não falar da rede viária, por se tratar de um assunto que já tinha abordado várias vezes e, como tal, considerava que não valeria a pena falar sobre a rede viária em geral.-----

----- No entanto, sublinhou que as rotundas eram casos muitos específicos e sobre os quais era realmente necessário ter um pouco mais de atenção para cuidar dos pisos.-----

----- Chamou, entretanto, a atenção para uma outra questão que se prendia com a intervenção que tinha sido feita na Lagoa do Paul, em Ancas, que no documento era referenciada como sendo uma limpeza da Lagoa, quando, na sua opinião, lhe parecia não ser, de facto, uma limpeza, mas sim uma intervenção de fundo, bastante grande.-----

----- Sobre a questão, disse não saber se a mesma tinha sido supervisionada, mas reconheceu que pelo menos o Ministério do Ambiente tinha conhecimento da intervenção. Considerou,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assim, tratar-se de uma intervenção extremamente exagerada, dado que aquilo que era de facto um ecossistema tinha ficado praticamente destruído e poderia levar alguns anos a ser reconstituído, se é que alguma vez seria reconstituído.-----

----- Lamentou, portanto, o trabalho que tinha sido feito na Lagoa, por ter sido, na sua opinião, mais um trabalho de destruição do que de limpeza.-----

----- A concluir, pediu, ainda, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para o esclarecer acerca do andamento do PDM, em que fase se encontrava, uma vez que no documento era referido que a Câmara Municipal ia seguindo o PDM.-----

----- Para uma segunda intervenção no período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, naquela que era a sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado disse que na altura da realização da conferência de líderes, tinha perguntado da possibilidade de ver esclarecidos dois assuntos, um dos quais tinha a ver com a empreitada designada por Requalificação Urbana e Acessibilidades Integradas na Curia, cujo auto de consignação já tinha sido assinado há meses, aliás, uma questão que recordou já ter levantado antes, e ainda não tinha visto obra.-----

----- Recordou, entretanto, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, na última justificação que tinha dado à Assembleia Municipal, tinha dito que teria a ver com os comerciantes, o que tinha alguma lógica, comentou, atendendo a que se encontrava a decorrer o verão e não era lógica uma intervenção imediata. No entanto, chamou a atenção para o facto de o prazo se encontrar a decorrer.-----

----- Quanto ao outro assunto que pediu para ser esclarecido, disse que para os Deputados Municipais não era possível perceber, da análise do documento, se a Câmara Municipal estava a fazer muito ou pouco. Assim, lembrou, também, que já uma vez tinha falado na importância da contabilidade de custos para as Câmaras e acrescentou que, da análise do documento, nomeadamente para as obras elencadas e que foram realizadas por administração directa, ficava sem saber se as mesmas representam muito ou pouco no esforço do Município, na medida em que não se encontravam quantificadas. Apresentando alguns exemplos de obras elencadas no documento, constatou que a forma como estavam apresentadas no documento não conseguia reflectir à Assembleia o que essas obras representam no custo da Câmara Municipal, se muito, se pouco, se implica um esforço grande, ou um esforço relativamente pequeno. Concluiu, considerando que o documento, naquela matéria, em particular, poderia ser melhorado.-----

----- Entretanto, referiu, ainda, que nas empreitadas, e para melhor esclarecer a Assembleia Municipal, lhe parecia interessante que no documento aparecesse sempre, nas obras, uma referência ao prazo de início e ao prazo de conclusão, dando como exemplo a obra da Regeneração do Centro Urbano de Anadia, que lhe parecia não estar concluída, e do documento



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

só constava a referência à sua conclusão e ao valor da empreitada. Assim, referiu que, daquela forma, aos Deputados Municipais não lhes era permitido fazer uma avaliação coerente da informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Ainda sobre a empreitada da Regeneração do Centro Urbano de Anadia, constatou que a obra tinha estado um tempo parada e, nessa medida, perguntou se já tinha sido ultrapassado o prazo, ou se ainda estava dentro do prazo de conclusão da obra, pelo que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclarecesse todas as situações apresentadas.-----

----- Sobre a análise de avaliação de candidaturas da medida do Fundo Social Municipal, constatou que no documento nada era dito quanto a essa matéria, nem sequer constava o número de candidaturas analisadas, comentando que seria importante a apresentação de um número para os Deputados Municipais poderem perceber qual a actividade realizada naquela área.-----

----- Concluídas as intervenções dos Senhores Deputados Municipais, Rui Marinha e Sidónio Simões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

----- Começando por responder ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que cinquenta por cento das estradas, ou mais, que se encontram degradadas, estavam a ser intervencionadas, mas adiantou ao Senhor Deputado que para ficar melhor esclarecido, poderia solicitar, ou deslocar-se à Câmara Municipal, que lhe mostraria, com exactidão, as intervenções promovidas pela Câmara Municipal.-----

----- Quanto às rotundas e à rede rodoviária, referiu que algumas ainda iriam ser intervencionadas no âmbito das obras de saneamento, pelo que não seria bom promover uma beneficiação para logo de seguida ser rasgada. Aproveitou para recordar uma resposta que também tinha dado a uma abordagem feita pelo Senhor Deputado numa sessão anterior, precisamente sobre o mesmo assunto, reforçando o que na altura tinha dito sobre a dificuldade que tem, e especialmente num momento de crise, em realizar determinado trabalho para, passados alguns meses, estragá-lo. Para além de que, acrescentou, os munícipes sentem-se mal com essa actividade da Câmara, e a própria Câmara Municipal não fica contente em despender verbas para esse efeito.-----

----- Em conclusão, disse pensar que a situação exposta pelo Senhor Deputado Rui Marinha relativamente às rotundas iria melhorar com a conclusão do saneamento. No entanto, havendo alguma rotunda que não fosse abrangida pelas obras do saneamento, adiantou que logo que as condições o permitissem, seria repavimentada.-----

----- Passando a falar da Lagoa do Paul, em Ancas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que, para evitar situações menos positivas por intervenções feitas em espaço de REN e, portanto, da responsabilidade da ARH, a Câmara Municipal, e particularmente a Junta de Freguesia, tiveram o cuidado de elaborar projecto para a intervenção a realizar naquela Lagoa,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentá-lo à ARH, entidade que acompanhou a sua execução. Não obstante, admitiu que o Senhor Deputado Rui Marinha poderia eventualmente ter razão, mas, para tal, disse que teriam de forçosamente apresentar queixa a quem aprovou o projecto, porque, esclareceu, ninguém ultrapassou o que constava do projecto.-----

----- Dando como exemplo a intervenção levada a efeito na Lagoa de Torres, referiu que na altura a mesma foi considerada um atentado ambiental. No entanto, encontra-se actualmente sob a responsabilidade de um grupo de amigos que cuidam da Lagoa. Portanto, disse considerar que em Ancas, e à semelhança do que tem sido feito pelo concelho, como em Chipar de Cima, em que a população tem vindo a participar nestas acções, as pessoas não se sentem melindradas com essa situação. E assim considera, rematou, porque, até ao momento, a primeira observação que aparecia era do Senhor Deputado Rui Marinha.-----

----- Sobre o PDM, começou por referir que com o Partido Socialista no Governo, foram retirados Directores, ou melhor, os Cargos de Chefia saíram todos, Directores esses que eram as pessoas que tinham definido toda a programação do PDM e matérias relacionadas, tendo definido uma regra, de acordo com a qual a Câmara Municipal elaborou o PDM. No entanto, referiu que esse Governo, antes de sair, tinha criado outra regra, antecipando a análise decisão futura dos PDM de forma informatizada, que levou a que a Câmara Municipal, apesar de ter tudo feito, teve de iniciar um procedimento tendente a dar resposta à informático que será criada para apreciação dos PDM's.-----

----- Continuando, disse que o actual Governo era tão culpado como o anterior, na medida em que ainda há pouco tempo a Câmara Municipal tinha solicitado esclarecimentos sobre o assunto e ninguém sabia dar uma resposta. Sabiam que existia a lei, que também, entretanto, já a modificaram, porque também substituíram e vêm substituindo as Chefias, independentemente das suas qualidades, mas a verdade, concluiu, é que o país entretanto pára, e Anadia, à semelhança de outros Municípios, aguarda uma tomada de decisão.-----

----- Aproveitou para comentar que, lamentavelmente, essas pessoas são levadas ao poder através do voto e não pela sua qualidade executiva, o que faz com que à Câmara não lhe seja dada solução. E acrescentou, mesmo, que a não haver alguém que leve a sério a questão, que efectue uma intervenção de fundo e que penalize os responsáveis pelas constantes alterações à lei, provavelmente nunca haverá PDM's à altura.-----

----- Referindo-se ao PDM de Anadia, disse ser um dos que já sofreu inúmeras alterações, apesar de se encontrar terminado, bastava recorrer ao gabinete responsável pela sua execução para ver o estado em que se encontra. Mas, sublinhou, que infelizmente, o que se passa é que as pessoas responsáveis pela aprovação do PDM também ainda não decidiram como seria, ou melhor, decidiram, mas não especializaram, tomaram as decisões gerais, mas as especialidades não aparecem.-----

----- Aproveitou para referir, também, que a pouca produtividade do país se devia, em muito, também, aos Governos, e inclusivamente ao actual, porque as pessoas não sabem, adiantando



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que fazia precisamente meio ano que aguardava ser recebido por um elemento do Governo, sendo que, finalmente, iria ser recebido, em Janeiro, pelo Senhor Secretário de Estado do Desporto. Antecipou, também, que Anadia, isoladamente, não poderia cumprir a sua obrigação, e mais parecia não estar ninguém interessado em que o país funcione. Mas destacou, no entanto, a necessidade de tomar medidas rápidas, porque a situação é má, pela forma como os responsáveis têm vindo a pensar.-----

----- A terminar a resposta às questões colocadas pelo Senhor Deputado Rui Marinha, convidou-o a visitar o gabinete responsável pela elaboração do PDM, para constatar o trabalho que vem sendo desenvolvido, muito dele repetidamente, por força das constantes alterações da legislação.-----

----- Passando a responder às questões apresentadas pelo Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, começou por esclarecer que a empreitada designada por Requalificação Urbana e Acessibilidades Integradas na Curia foi entregue a um empreiteiro, com um prazo de execução de dois meses, encontrando-se os trabalhos a ser desenvolvidos por forma a que o empreiteiro dê a obra como concluída dentro do prazo de execução, sob pena de sofrer sanções. Quanto à aplicação das sanções, informou que o Executivo Municipal procede a essa aplicação, ou não, depois de analisar as razões apresentadas, podendo considerá-las suficientes para a obra não ser concluída num determinado prazo, mas sublinhou tratar-se de uma decisão que é tomada sempre com precedência da devida informação técnica.-----

----- Quanto à observação sobre as obras elencadas no documento, e realizadas por administração directa, sem referência a qualquer valor indicativo do seu custo, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse tratar-se de uma questão simples, que bastaria os Senhores Deputados constatarem a sua realização no local, fazerem a sua análise e, depois, se necessário, junto dos serviços verificarem o custo da obra. E, entendendo ser desajustado, manifestarem-se. Não obstante a simplicidade da questão, referiu que o grande problema na elaboração de um documento daquela natureza, já por si extenso, era que se fosse a elencar tudo o que era realizado em pormenor, não precisaria dos Senhores Deputados porque, por escrito, poderiam apresentar as suas questões e passariam uma semana ou duas a fazer o que agora faziam numa tarde, assim como o próprio Presidente da Câmara.-----

----- Relativamente à omissão do prazo de conclusão das obras, o Senhor Presidente da Câmara Municipal considerou que não haveria necessidade de o indicar, na medida em que as empreitadas são submetidas a concurso público, sendo obrigatória a sua menção nas placas das obras, em especial tratando-se de obras financiadas por Fundos Comunitários. Porém, ressaltou que se efectivamente se encontrar mencionado nas placas um prazo que se encontra ultrapassado, aí considera que deve ser questionada a Câmara Municipal.-----

----- Sobre a questão do número de candidaturas apresentadas no âmbito da medida Fundo Social Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o procedimento estava bem organizado, tendo como responsável uma Técnica, pelo que, a haver interesse,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bastaria apresentar um requerimento à Câmara Municipal, à semelhança de tantos outros, para obter uma resposta.-----

----- Referindo-se, entretanto, à empreitada designada por Regeneração do Centro Urbano de Anadia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o prazo da sua execução terminaria no final do mês de Dezembro e adiantou que a não terminar, algo teria de ser feito por parte da Câmara Municipal, sem esquecer que o primeiro passo deveria ser dado pela empresa, alegando o motivo porque não terminou a empreitada dentro do prazo estabelecido e, a necessitar, solicitar uma prorrogação de prazo, conforme previsto na lei. Referiu, uma vez mais, que a decisão de prorrogação do prazo de execução cabe ao Executivo Municipal, entendendo aceitáveis as razões apresentadas. A não entendê-las como aceitáveis, não defere a prorrogação e o empreiteiro não termina a obra, ficando penalizado por a não ter acabado, concluindo ser essa a lógica das empreitadas.-----

----- No seguimento da explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado referiu que o que tinha solicitado ao Senhor Presidente no sentido da melhoria do documento não implicava uma alteração de qualquer linha, bastando, para tanto, na mesma linha, acrescentar o valor indicativo do custo da respectiva obras, realizada por administração directa. Referiu-se, no mesmo sentido, em relação ao número de acções sociais, porquanto o espaço livre na correspondente linha era suficiente para acrescentar esse número.-

----- Relativamente às empreitadas, constatou que as placas do QREN não indicavam prazo algum de execução. Ainda em relação ao prazo, disse não ser verdade o que o Senhor Presidente da Câmara tinha alegado, porquanto o Código dos Contratos Públicos determina que terminado o prazo da obra, a Câmara marca o auto de recepção provisória, e a obra ou está concluída ou não, porque o pedido de prorrogação de prazo tem de ser apresentado com trinta dias de antecedência pelo empreiteiro. Assim, concluiu que, uma vez que o prazo de execução terminaria no final do mês de Dezembro, o empreiteiro já não tinha tempo para requerer a prorrogação. Além disso, acrescentou que, naquela fase da obra, só são admissíveis prorrogações pelo Código dos Contratos Públicos para os casos muitos excepcionais de arqueologia, de resto, praticamente não existem prorrogações.-----

----- Aproveitou, então, para referir que, aliás, uma das grandes forças daquele Código era, precisamente, não ter dado abertura a prorrogações de prazo de obras para evitar que elas se prolongassem no tempo e que depois as Câmaras viessem a pagar revisões de preços e as obras custassem valores que ninguém sabia.-----

----- Portanto, recuperando a questão da prorrogação do prazo, disse que a pretender a prorrogação, o empreiteiro já a deveria ter solicitado. Acrescentou, também, que não cabia ao empreiteiro comunicar à Câmara Municipal se tinha terminado a obra em tempo, sendo, antes, obrigação da Câmara Municipal, e uma vez findo o prazo, marcar a vistoria para efeitos de



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

recepção provisória e fazê-la, estando a obra acabada ou não.-----

----- Dando seguimento ao período de intervenção no âmbito da discussão do primeiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Arménio Cerca, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e Presidente da Junta de Freguesia de Ancas.-----

----- O Senhor Deputado disse pretender reforçar o que tinha sido dito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à intervenção levada a efeito na Lagoa do Paul, em Ancas e que tinha dado lugar a uma intervenção por parte do Senhor Deputado Municipal Rui Marinha.--

----- Explicou, assim, que a intervenção, que ainda se encontrava a decorrer, tinha sido objecto de um pedido efectuado há algum tempo à ARH, resultado do qual foi autorizada uma intervenção para limpeza, desobstrução e consolidação de margens na Lagoa e valas circundantes. Informou, entretanto, que até ao momento ainda só tinha sido feita a intervenção na Lagoa, que praticamente já não existia, por se encontrar completamente obstruída com lamas, ramos, troncos, entre muitas outras coisas e acrescentou que por indicação dos Técnicos que mais do que uma vez visitaram o local, tudo o que fosse retirado serviria, exactamente, para a respectiva consolidação das margens.-----

----- O Senhor Deputado referiu, entretanto, tratar-se de uma intervenção que há muito já deveria ter sido feita, também por exigência da própria população, que exige um espaço digno, um espaço para passar alguns tempos de lazer. Em função do que tinha sido dito pelo Senhor Deputado Rui Marinha, referindo ter-se tratado mais de uma destruição do que propriamente uma limpeza, manifestou a sua opinião exactamente contrária, opinião essa que disse ser suportada nos pareceres dos técnicos competentes da ARH.-----

----- Reconheceu, porém, que o espaço ainda não se encontra totalmente arranjado, porquanto ainda lá existem lamas que carecem de ser regularizadas, pelo que, logo que esses trabalhos estejam terminados, e de acordo com as indicações fornecidas pelo técnicos da ARH, ficará com um aspecto completamente diferente. Nessa conformidade, disse esperar que aquele venha a ser um local onde, no futuro, todos possam passar momentos agradáveis.-----

----- Entretanto, disse haver uma questão que também gostaria de realçar. Deu, então, a conhecer que antes de ser iniciada a intervenção, tinha havido o cuidado de, através dos Bombeiros Voluntários de Anadia, fazer uma visita ao local, na qual também oportunamente participou o piloto do helicóptero normalmente destacado para intervir nos fogos florestais, que sugeriu, e foi concretizada, também de acordo com a ARH, a retirada de algumas árvores do local para facilitar uma necessária descida do helicóptero.-----

----- A concluir, referiu tratar-se de uma intervenção que também beneficia o concelho, no caso de vir a ser necessário aquele ponto de água, o que mais reforça a necessidade das obras que estão a ser levadas a efeito. Não deixou, ainda, de reforçar que no estado em que se encontrava a Lagoa, não permitia que o helicóptero enchesse o balde, por falta de profundidade, e muito menos no verão, pelo que, foram retiradas as lamas, até ao ponto em



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que os técnicos assim entenderam.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Arménio Cerca, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Pedro Dias, do mesmo Grupo Municipal.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes na sua primeira intervenção da sessão, disse pretender dizer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que, de certa forma, se regozijava por denotar que na área desportiva, e mais especificamente no Centro de Alto Rendimento, tem sido de louvar, através da comunicação social, que já se começa a ver público naquele espaço. Continuando, referiu que os eventos de grande dimensão têm surgido e, nesse sentido, congratulou a Vereação responsável pela parte desportiva que conseguiu pôr termo às falhas que eventualmente existiam na área da comunicação e que levaram à pouca adesão por parte do público e das comunidades.-----

----- Destacando o facto de essa tendência parecer estar a mudar, o Senhor Deputado Municipal felicitou o Senhor Presidente por essa conquista, nomeadamente à parte do turismo e também da comunicação da Câmara Municipal.-----

----- Relativamente à conjuntura actual, e adiantando que não iria especificar muito em termos de execução de obras, por as mesmas se encontrarem patentes no documento e por serem visíveis, passou a referir-se à questão da área social, para considerar que pela delicadeza dos assuntos que são tratados, e ao contrário do que já tinha sido discutido, naquela parte do social, em particular, deveriam ser cuidadosos, realizar o trabalho, nem que fosse nos bastidores, para se verem resultados.-----

----- Sobre a Rede Social de Anadia, disse crer que tem vindo a desempenhar um papel importantíssimo naquela área, que tem sido exemplar a nível nacional, inclusivamente o trabalho que tem sido desenvolvido tem sido reconhecido por diversos organismos a nível nacional, fruto também do empenhamento da Técnica. Nessa conformidade, perguntou ao Senhor Presidente se a aposta no social, e não se referindo tanto à questão das verbas, mas pelo menos ao apoio técnico que é dado às pessoas que trabalham directamente nessa área, se esse apoio vai continuar a ser dado. Explicou, então, colocar aquela questão, porque a Técnica, e a Rede Social em termos de coordenação, tem vindo a fazer algo que, de certa forma, tem sido inovador a nível nacional, que é o facto de ter conseguido envolver as IPSS's, que têm estado a participar em massa e têm estado a resolver as situações de cariz social nos devidos locais, sem ser na praça pública.-----

----- Entretanto, disse pretender realçar outra situação que, de certa forma, deve também demonstrar um pouco a vocação do Senhor Presidente da Câmara, pela vida que teve antes do exercício destas funções mais executivos na área política, nomeadamente na área da educação. Apesar de se tratar de algo que ainda não tinha sido abordado, ressaltou a forte aposta em dar utilidade à reformulação que se encontra a ser feita no parque escolar, verificada na informação prestada no documento, relativamente aos protocolos que vinham sendo celebrados com



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Associações, destacando, em particular, o protocolo com a Escola de Viticultura e Enologia da Bairrada. Nesse âmbito, disse tratar-se de uma decisão que merecia ser saudada, porquanto iria contribuir para dar vida ao centro de Anadia, com os jovens, e para serem criadas condições para essa juventude criar quadros técnicos direccionados para sectores económicos do Município. No entanto, disse que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclarecesse um pouco mais da forma como aquele protocolo iria ser estabelecido, assim como desenvolver um pouco mais relativamente aos outros que se encontravam apresentados de uma forma mais genérica.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, começou por lembrar que há um ano atrás, em plena Primavera, tinha questionado o Senhor Presidente da Câmara sobre a reparação da estrada que liga Sangalhos a Avelãs de Caminho. Volvido um ano, constatou que apenas tinha sido feita uma pequena movimentação de terras e recordou a promessa feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal no sentido de reparar e pavimentar a estrada e, possivelmente, colocar rails de protecção. Tratando-se de uma estrada muito sinuosa, onde ocorrem, por vezes, alguns acidentes graves, e encontrando-se a Câmara Municipal a viver uma boa condição financeira, o Senhor Deputado considerou que as verbas devem ser gastas onde são necessárias. Nessa conformidade, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se tinha ou não intenção de reparar aquela anomalia.-----

----- Depois, voltou a recordar que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, por altura da inauguração do espaço da Estação da Curia, tinha solicitado ao Governo de então, a paragem dos intercity na referida estação, o que contribuiria, de facto, para o desenvolvimento da Curia e de toda a região, em termos de turismo. Recordou, igualmente, que na altura tinha prometido pagar uma viagem ao Senhor Presidente da Câmara Municipal à Ilha da Madeira, para visitar o comparte Alberto João Jardim, no caso de essa opção ser concretizada. Ora, uma vez que não tinha conseguido com o anterior Governo, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se teria intenção de manter o mesmo pedido para a revitalidade da Região da Bairrada e declarou manter a sua promessa.-----

----- Passou, entretanto, a falar do furo que estava a ser efectuado junto à Zona Industrial do Paraimo para captação de água. Sobre o assunto, considerou não ser o local ideal para a realização daquela obra, em virtude de ter sido alagado com bastante entulho, algum dele um pouco controverso. Mas, uma vez que a água se encontrava a jorrar em grande quantidade, disse esperar que o Senhor Presidente da Câmara, numa próxima sessão, pudesse dar garantias aos Senhores Deputados da qualidade da água. Isso porque, explicou, se encontra junto a uma central eléctrica, relativamente à qual as populações da freguesia de Sangalhos ainda mantém algumas dúvidas sobre se a mesma não irá poluir os solos.-----

----- Sobre o PDM, começou por recordar as declarações do Senhor Presidente da Câmara sobre



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os vários obstáculos que tem tido o seu processo de revisão, provocados pelo anterior Executivo e pelo já recente Governo. Aproveitou, entretanto, para referir que era preocupação do actual Governo substituir algumas pessoas que ocupam lugares de destaque em alguns órgãos de soberania, e que não terminam o seu mandato, acabando por ser a população do país a sofrer com as indemnizações elevadas que são pagas pelas substituições desses quadros.-----

----- Referiu, assim, que quando o Senhor Presidente da Câmara pede uma ajuda, deve pedir a mobilização do concelho para se deslocar, com o apoio da Câmara Municipal, a Lisboa e exigir uma resposta sobre qual o motivo para a revisão do PDM ainda ser aprovada. Acrescentou, mesmo, que a população tem de ser chamada, porque infelizmente não é convocada para resolver os problemas que são necessários no concelho.-----

----- Para finalizar, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se teria intenção de substituir a conduta de amianto que ainda existe na freguesia de Sangalhos, uma vez que se encontra a proceder à substituição de condutas que já não são de amianto, com sendo os casos de São João de Azenha e de Avelãs de Caminho, onde a conduta tem pouco mais de doze anos de existência.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às intervenções entretanto completadas.-----

----- Começando pela intervenção completada pelo Senhor Deputado Pedro Dias, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Centro de Alto Rendimento era como todas as outras instalações desportivas ou culturais, necessita do seu tempo, de fazer a sua caminhada, para que as pessoas o conheçam e acarinhem como pólo de desenvolvimento especial, desportivo ou cultural. Para tal, destacou a importância de as pessoas se disponibilizarem a conhecer as infra-estruturas municipais, acrescentando que os Senhores Deputados deveriam reivindicar muito para as populações, sim, mas não se poderiam esquecer do papel importante que devem desempenhar nos seus locais de trabalho, onde desenvolvem as suas actividades sociais, cívicas e outras, no sentido de incentivar as pessoas a deslocarem-se a Anadia, ou ao Centro de Alto Rendimento, ou à Biblioteca Municipal. Chegou, mesmo, a lamentar o facto de assim não procederem e apenas se apresentarem à Assembleia Municipal para dizer que as instalações estão subaproveitadas ou algo no género, sublinhando que devem passar a ter outra atitude, no sentido de acarinhar o que existe no concelho.-----

----- Continuando, congratulou-se com o facto de o Senhor Deputado Pedro Dias ter abordado aquele assunto, porque, explicou, a luta da Câmara Municipal é precisamente a de trazer para as instalações municipais existentes feitos importantes que sejam razão suficiente para que pelo menos os residentes no concelho lá estejam presentes. No entanto, reconheceu que tal seria difícil de acontecer, na medida em que esses residentes, lamentavelmente, se mobilizam com mais facilidade para fora do concelho, para terras que até gostariam de ter infra-estruturas que Anadia tem, mas gostam de correr para o desconhecido, quando o verdadeiro desconhecido



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

está precisamente na sua terra.-----

----- Sobre a área social, concordou com o facto de a Rede Social de Anadia ser exemplo a nível nacional, acrescentando que a Técnica da Câmara Municipal é frequentemente convidada a participar em colóquios, e outras acções interessantes, por outras Redes Sociais e não só. A propósito, assegurou que na área social a Câmara Municipal iria continuar a dar o apoio necessário à sua Técnica, que reconheceu que tem tido a capacidade suficiente para que, no aspecto social, o apoio que a Câmara Municipal tem dado seja uma realidade.-----

----- Entretanto, destacou a qualidade do trabalho social desenvolvido pela extraordinária Rede que existe em Anadia, adiantando que apesar de não poder fornecer todas as linhas mestras da programação da Câmara Municipal, poderia, no entanto, garantir que estava a ser desenvolvido trabalho naquela área.-----

----- Relativamente ao fim a dar às escolas desactivadas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que poderia adiantar que a Câmara Municipal tinha tido o cuidado de, perante uma instalação que entretanto ficou devoluta, referindo-se em particular à Escola do Primeiro Ciclo do Ensino Básico de Anadia (actualmente ocupada em parte pela Escola de Viticultura e Enologia da Bairrada), reunir as condições no sentido de conseguir uma escola profissional com uma dimensão que dará por certo vida ao centro de Anadia que actualmente. Não obstante, não deixou de reconhecer tratar-se de uma aposta que irá implicar a aplicação de verbas por parte da Câmara Municipal.-----

----- Adiantou, também, que se encontra em fase de elaboração, um protocolo com a Escola de Viticultura e Enologia da Bairrada, para esta ali poder dar prática à sua actividade, que vem estabelecer as responsabilidades das partes, considerando tratar-se de uma decisão do Executivo de aproveitamento de um espaço que deixa de ficar desocupado.-----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado João Morais, e em particular à questão da reparação da estrada liga Sangalhos a Avelãs de Caminho, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, no momento, a Câmara já tinha uma empreitada a decorrer, mas para segurar as barreiras, estabilizar aquela área em ruínas, com a construção de uns muros, pelo que adiantou que não iria ser feita uma estrada para mais tarde dizerem que tinha sido um trabalho mal feito e que a Câmara tinha levado o alcatrão todo para a encosta.-----

----- Sobre a questão da paragem do intercidades na Curia, informou o Senhor Deputado de que a Câmara Municipal bem tinha tentado, mas a REFER encontra-se a elaborar um estudo de mobilidade dos comboios que passam na Curia, continuando a Câmara a tentar incluir a Estação da Curia nesse estudo, alertando, no entanto, o Senhor Deputado, que tudo depende de alguns estudiosos que vêm fazendo descobertas, nunca antes feitas, e que são muito bem pagas.-----

----- A propósito, e quanto à questão das indemnizações, também abordada pelo Senhor Deputado, disse-lhe que nessa matéria concordava com o Governo, porque se não têm qualidade não devem ocupar os lugares. No entanto, não deixou de recordar que já o anterior Governo tinha pago indemnizações bem elevadas, até porque a lei das indemnizações tinha sido



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aprovada pelo anterior Governo, lembrou, também. Portanto, esclareceu que o Senhor Deputado não deveria condenar o Governo do Presidente da Câmara, porque esse seu Governo errava como os outros, e ele, como cidadão deste país, estava ali para dizer ao seu Governo que, apesar de pode não estar a errar, essa não seria a sua vontade nem a sua maneira de ver. Concluiu, declarando não concordar com as indemnizações.-----

----- Quanto ao furo em Sangalhos, começou por informar que os furos são autorizados superiormente pela ARH. Confirmou, entretanto, que o furo de Sangalhos já jorrava bastante água, e assegurou, igualmente, ao Senhor Deputado que não tendo a Câmara a garantia absoluta de que a água tem condições para o consumo humano, apesar de lhe adiantar, desde logo, e com base nas primeiras análises, que tem, seria evidente que não iria explorar aquele furo. Informou, ainda, que a Câmara tem feito prospecções em Aguim, em Espairo, junto ao Estádio Municipal, em Azenha, em Óis do Bairro, para ir procurando, porque, afirmou, enquanto for Presidente da Câmara, as águas de Anadia nunca serão vendidas, por serem a única coisa que dá lucro, uma vez que o concelho é auto-suficiente nessa matéria, com águas de qualidade e em quantidade.-----

----- Assim, disse para o Senhor Deputado não estar preocupado com o furo de Sangalhos porque irá captar a água a uma profundidade de cerca de duzentos metros. Esclareceu, ainda, que a zona do furo não foi atulhada, por se tratar de uma zona baixa, localizada junto ao PT existente, onde não existe entulho. Aproveitou, também, para informar o Senhor Deputado que não iria beber água de Sangalhos, apesar de poder ficar tranquilo quanto à sua qualidade, por ser uma garantia de continuidade às águas de Anadia e porque Anadia dá água suficiente para abastecer todo o concelho. No entanto, adiantou que por forma a salvaguardar qualquer problema, foram criadas alternativas, dando o exemplo de Aguim, onde disse ter sido feita uma ligação directa para servir em caso de problema, adiantando, a concluir, que mais um ou dois furos iriam ser abertos para garantir que os Verões, mais ou menos secos, não trarão complicações.-----

----- Concluindo tratar-se de um bom legado que a natureza de Anadia deu às suas gentes, garantiu que não iria com certeza ser esbanjado nem destruído.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário de que o tempo definido para discussão do primeiro ponto da ordem do dia estava prestes a ser esgotado, tendo o Senhor Presidente da Câmara, inclusivamente, usufruído de três minutos que lhe tinham sido cedidos pelo grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Entretanto, e para uma intervenção muito rápida, uma vez que o seu tempo também já se encontrava esgotado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado lembrou o Senhor Presidente da Câmara Municipal da pergunta que lhe tinha formulado sobre se teria intenção de proceder à substituição da conduta em amianto,



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com trinta e sete anos de existência, dos lugares de Sangalhos e Fogueira, da freguesia de Sangalhos, à semelhança do que estava a acontecer no lugar de São João de Azenha, onde decorria a substituição da conduta, que não era de amianto, e que tinha apenas doze anos, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara não lhe tinha dado resposta.-----

----- O Senhor Presidente recordou que em todas as estradas que se encontram a ser intervencionadas e onde a Câmara tenha dúvidas, por razões técnicas, que a conduta não esteja em condições, sendo de PVC, é substituída, como adiantou ter acontecido em Avelãs de Caminho, em Espairo, em São João de Azenha, na Curia, e isso que é feito em todo o lado. Assim, esclareceu que em outros locais, quando houver lugar a intervenção na estrada, ou quando for verificada alguma dificuldade no transporte da água, esse procedimento será adoptado, antecipando, no entanto, que a Câmara Municipal não dispõe de verbas para fazer tudo de uma vez, nem no momento é preocupação o resto das condutas.-----

----- Adiantou, ainda, que a Câmara Municipal vai solucionando as situações onde existe desperdício de água, onde existem ramais com deficiência, não deixando de reconhecer que o amianto possa eventualmente ser prejudicial à saúde. No entanto, recordou que muitas outras infra-estruturas ainda existem nesse material, como coberturas de escolas, e ainda não tinha havido a coragem de determinar a sua substituição, até porque tal imposição necessita de um plano financeiro que ultrapassa as próprias Câmaras. Para tal, disse que alguém teria de definir que as coberturas deveriam ser retiradas e a lei deveria ser acompanhada da respectiva sustentabilidade financeira. Portanto, declarou que não iria prometer aquilo que à partida a Câmara Municipal não tem capacidade financeira para fazer. Não obstante, garantiu que sempre que haja avarias numa rede dessas, a Câmara procederia à sua substituição por um PVC de alta densidade, que seja duradouro.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e uma vez esgotado o tempo para discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por encerrado e passou a apresentar o ponto dois da mesma, *“Apresentação, discussão e votação da proposta de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal do Município de Anadia, para o ano dois mil e doze, de acordo com o estabelecido na alínea b) do número dois do Artigo Terceiro do RAMA”*.-----

----- Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto.-----

----- O Senhor Presidente começou por referir tratar-se de um documento que tinha sido previamente submetido à apreciação do Executivo Municipal. E, nesse sentido, disse que o que constava da deliberação tomada pelo Executivo era exemplificativo do que o documento encerrava, pelo que não seria de bom tom contrariar o que lá estava escrito.-----

----- No entanto, disse pretender fazer apenas duas ou três declarações que eventualmente poderiam não constar daquela deliberação, mas que referiam a algo muito simples. Assim, referiu que a elaboração de um orçamento municipal actualmente era uma tarefa



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tremendamente complicada, pelo facto de a Câmara Municipal ter apenas promessas do não financiamento, o que o levava mesmo a pensar que as verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro, consignadas naquela proposta de orçamento, havendo mais dificuldades num futuro, próximo provavelmente a meio do percurso ainda poderiam ser tiradas.-----

----- Portanto, declarou ter optado por fazer um orçamento no sentido restritivo, em termos de verbas, porque, adiantou, se quisesse empolar o orçamento, haveria sempre a possibilidade, apesar de considerar mau. Reconheceu, entretanto, que nos anteriores orçamentos, e sendo prática comum em muitas Câmaras, o tinha feito, até porque se trata de um ponto de partido para um ano, e interessava dizer, no início do ano, que seriam feitas muitas obras.-----

----- No entanto, declarou que na proposta de documentos previsionais em discussão tinha sido tremendamente realista, tendo incluído na mesma apenas obras com financiamento assegurado. Como tal, disse que gostaria de ser nessa base que a proposta fosse discutida, e não na base do por que motivo não estava inscrita determinada obra, porque efectivamente não constava pelo facto de não ter sido encontrado financiamento para ela. Salvaguardou, no entanto, que se vier a ser encontrado financiamento para outras obras, disso daria conta à Assembleia por forma a aprovar, ou não, uma revisão.-----

----- Assim, disse que iriam começar pelo mínimo por se tratar de um orçamento de garantia de execução absoluta, a não ser no caso de haver problemas, nomeadamente com Fundos Comunitários ou com a morosidade burocrática de aprovação de candidaturas na CCDR, no POVT, de Vistos do Tribunal de Contas, situações que possam vir a contribuir para algum atraso. Porém, disse estar convencido que tal seria difícil de acontecer, na medida em que a maior parte delas se encontravam no terreno e outras estavam já devidamente autorizadas.----

----- Nessa conformidade, concluiu tratar-se de um orçamento que à partida poderia garantir, comparativamente aos últimos orçamentos, ser mais real que os outros, apesar de não poder dizer que não tivesse alguma empolgação, porque isso dependia, também, do custo final de obras que estavam a ser lançadas, que apesar do valor orçamentado, poderia ficar por baixo. A terminar, disponibilizou-se para prestar os necessários esclarecimentos, e essencialmente quanto à opção política.-----

----- Concluída a introdução feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, para uma primeira intervenção no período de discussão daquele segundo ponto da ordem do dia.-----

----- O Senhor Deputado começou por referir tratar-se de um orçamento marcado por um reforço de verbas que se justifica pelo projecto de conclusão da rede de saneamento. Sobre o mesmo, declarou que o Grupo Municipal concordava, recordando, aliás, que há poucos dias tinham também aprovado um empréstimo para o efeito, pelo que reforçou a concordância do Grupo Municipal com aquela parte essencial do orçamento. Todavia, adiantou que os Deputados do Grupo Municipal do PS, depois de tantas vezes terem falado naquela questão, naquela



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

carência de infra-estrutura no concelho, não podiam deixar de criticar o atraso da mesma, porque, em sua opinião, já deveria estar pronto, concluindo que ficariam a aguardar e só se poderiam dar por satisfeitos quando concluído e com a sua entrada plena em funcionamento.---

----- Entretanto, recordou que tinha havido outras áreas que já tinham sido alvo de comentários no debate na Câmara Municipal, nomeadamente pelos Vereadores do PS, como por exemplo o facto de não haver uma política de parques e jardins, o facto de serem exíguas as verbas para áreas como a defesa do meio ambiente, a cultura, a indústria, o turismo, a rede viária.-----

----- Assim, das observações já feitas, disse pretender destacar aquela que se refere às Zonas Industriais, por ser uma das questões que os Deputados do Grupo Municipal do PS têm insistentemente abordado, criticando aquilo que consideram ser uma falta de interesse suficiente da maioria do PSD, e não só da actual, mas de há algum tempo, relativamente a uma política que reputam como fundamental para atrair e fixar empresas, e fixar emprego, lamentando que nessa parte nunca tenham sido ouvidos. Disse, ainda, que os Deputados do Grupo Municipal do PS consideram que Anadia se deixou atrasar naquele campo do Parque Industrial, relativamente a outros concelhos, julgando, até, que em parte isso explica a redução de população que ocorreu nos últimos dez anos, como mostram os Censos, sendo o concelho mais afectado, o que concluiu poder ter alguma explicação naquele ponto, embora reconhecendo tratar-se de um assunto bastante complexo e não pretender fazer demagogia acerca do mesmo.-----

----- Continuando, constatou o facto de no orçamento estar prevista uma verba substancial para Vilarinho do Bairro, para aquele efeito, embora receiem se não será tarde mais, ou seja, se não teriam havido já oportunidades perdidas para sempre. Manifestou a vontade dos Deputados do Grupo Municipal do PS de que os seus receios não se venham a confirmar, na medida em que os seus votos, e os seus desejos, seriam os melhores possíveis para o concelho e para o seu desenvolvimento.-----

----- Em conclusão, e da apreciação efectuada pelos Deputados do Grupo Municipal do PS à proposta de orçamento elaborada pela Câmara Municipal, adiantou, desde logo, que o voto do Grupo Municipal seria de abstenção, justificando a existência de algumas coisas do seu agrado e outras não. Adiantou, ainda, não ser o orçamento que gostariam de apresentar, a terem essa responsabilidade.-----

----- A terminar, recordou a recomendação que há pouco tinha sido feita à Câmara Municipal, a propósito da discussão sobre a crise e sobre a questão social, da máxima atenção e da máxima sensibilidade para aquilo que já estava a acontecer e que ainda poderia vir a ser pior.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado começou por referir que sobre o orçamento, apenas tinha a dar alguns parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal pela forma como tomou a decisão no



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investimento, na medida em que considera ser um investimento necessário ao concelho, quer no saneamento, quer na adjudicação dos centros escolares. Realçou, de facto, tratar-se das duas grandes verbas para onde vai parte do orçamento em discussão, e realçou, ainda, que esse investimento tem uma vertente, nomeadamente o facto de aquelas obras trazerem também alguma riqueza à região e vêm colmatar uma falta de postos de trabalho que já existe na região. Resumiu, portanto, que vem criar algum desenvolvimento e, ao mesmo tempo, criar riqueza.-----

----- Relativamente às restantes verbas, que constatou serem de facto irrisórias, considerou que o Senhor Presidente, e o Executivo, durante o ano, não irão deixar de prestar apoio às colectividades, quer na parte da cultura, quer na parte do desporto. Considerou, também, que a Câmara Municipal irá estar sempre atenta a algumas necessidades com que essas colectividades se vão deparar.-----

----- Concluiu, declarando que o Grupo Municipal da CDU iria votar favoravelmente a proposta de documentos previsionais, por não ser como aqueles que quando estão no poder querem que os seus orçamentos sejam aprovados, e quando são oposição, votam ou pela abstenção ou contra. Adiantou, ainda, que quando as obras são justas, serão apoiadas pelo Grupo Municipal da CDU, que referiu não ter uma posição retrógrada e estar sempre atento para apoiar tudo o que é bom para o concelho e para o país. Por isso, declarou estar ao lado do Presidente da Câmara e do Executivo.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por referir que uma vez que a discussão da proposta versava as GOP e o Mapa de Pessoal, iria começar pelo comentário ao Mapa de Pessoal. Assim, quanto ao Mapa de Pessoal, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a previsão de contratação de um Zootécnico, porque embora se encontrem definidas no documento as funções e as competências, não via a pertinência dessa contratação, para uma Câmara com a envergadura da Câmara de Anadia (comentando que nem Coimbra tem um Zootécnico).-----

----- Referiu, também, parecer-lhe haver alguma *gaffe*, na medida em que não conhecia na Arquitectura qualquer Arquitecto de Design. Disse conhecer, sim, *designers* gráficos, e adiantou que se era aquela a função, caberia a um designer gráfico, que pode nem ser Técnico Superior, e ficaria muito mais barato à Câmara Municipal.-----

----- Relativamente à previsão de serviço social, disse ser muito aberta, ficando sem perceber se a intenção da Câmara é a de contratar um Técnico Superior de Serviço Social, se um Psicólogo, que tem mais valências do que um Técnico Superior de Serviço Social, e pode ajudar a Câmara noutras áreas, como concursos, audiência da população, audiência dos colaboradores para o SIADAP, entre várias outras áreas que poderiam ser complementadas.-----

----- Ainda sobre o Mapa de Pessoal, considerou exagerado, com as restrições que o Governo vinha criando, prever mais seis coordenadores técnicos para a Câmara Municipal, quando



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

existem dois. Por outro lado, e atendendo ao estado dos passeios do concelho, criticou o facto de haver apenas um calceteiro no Mapa, e não ser prevista a contratação de mais nenhum, que pelos menos para aquelas obras de pequenas reparações disse parecer-lhe interessante.-----

----- Passando a falar do Plano e Orçamento, constatou, também, haver uma clara aposta na parte de saneamento e adiantou, à semelhança do que o grupo Municipal do PS tinha dito, que não seria o orçamento que o CDS iria apresentar. Isso, por considerar haver um excesso de verbas na parte do saneamento, que disse ser importante, mas que adiantou que poderia ser plurianual, na medida em que o Quadro Comunitário vigora até dois mil e treze e poderiam atribuir algum valor a outras componentes que são quase irrisórias, como a área social, o ambiente, a indústria, o turismo, transportes rodoviários, parques verdes, entre outras. Falou também da verba que considera exígua para abastecimento de água (de cinquenta mil euros), quando lembrou que ainda há povoações no concelho sem abastecimento de água, e para habitação social (sete mil e quinhentos euros), que lhe parecia ser uma verba que não iria servir de ajuda a ninguém, numa fase em que se está a entrar numa crise enorme.-----

----- Por outro lado, disse haver alguns valores que gostaria de obter alguns esclarecimentos. Passando a especificar, falou de uma receita prevista no valor de duzentos e oitenta mil euros para "sociedades e quase sociedades não financeiras", que não percebia a sua origem, pelo que gostaria de ser esclarecido.-----

----- Entretanto, considerou muito optimista a receita proveniente do POVT e do Mais Centro, porque embora os pagamentos sejam feitos a tempo, referiu haver sempre um atraso razoável nos pagamentos e aquela verba seria prever quase todos os pagamentos das obras realizadas. Salvaguardou, no entanto, a possibilidade de haver obras referentes a dois mil e onze que ainda não tenham sido pagas e estejam a somar.-----

----- No que se refere à despesa, e à classificação do "Pessoal dos quadros - Regime da função pública", apesar de sublinhar o facto de o documento estar muito bem elaborado, aproveitando para louvar os técnicos responsáveis pela sua elaboração, disse parecer-lhe haver uma falha. Explicou, assim, que o "Pessoal dos quadros - Regime da função pública", previsto na classificação 02010103, com o novo classificador do POCAL, deveria ser 010104.-----

----- Considerou, também, a existência de um inflacionamento, uma vez que corresponde a cerca de dez por cento do valor dos vencimentos, no montante de cento e noventa e um mil e trezentos euros, que corresponde ao pagamento de subsídios de férias e de Natal de todos os funcionários, que de certeza não haverá, rematou. Portanto, concluiu parecer-lhe haver um empolamento de verba na rubrica 02010114.-----

----- Continuando a sua análise, considerou um exagero a verba prevista para despesa com combustível, no valor de quatrocentos mil euros.-----

----- Disse, ainda, que gostaria de saber onde se previa gastar a verba prevista de duzentos e vinte e cinco mil euros para "Seminários, exposições e similares", que lhe parecia também muito exagerada para o efeito.-----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Comentou, entretanto, que a proposta de plurianual tinha muito pouco, porque normalmente a previsão de um plano plurianual deveria ir até dois mil e quinze, e o plano proposto tinha uma previsão para dois mil e doze, para dois mil e treze com muito poucas rubricas e para dois mil e catorze constatou não haver qualquer rubrica prevista. Assim, não passando a previsão de dois mil e treze, concluiu tratar-se de uma visão muito curta, muito redutora do desenvolvimento do município.-----

----- Depois, disse que gostaria de um esclarecimento sobre o facto de não aparecer em obra nenhuma financiada pelo QREN, ou por qualquer outra entidade, financiamentos a cem por cento. Constatou, no entanto, que apareciam várias rubricas, principalmente a nível de equipamentos, com financiamento a cem por cento e comentou que normalmente o financiamento tem a mesma comparticipação da obra ou muito próximo.-----

----- Considerou, ainda, a finalizar a sua intervenção, parecer-lhe bem a previsão das obras terminarem em dois mil e doze, mas solicitou um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara relativamente à todas as redes de drenagem, porque na última nota do Mais Centro, se as obras tiverem de ser prorrogadas ou ultrapassarem os prazos previstos para a sua conclusão, o valor da comparticipação será reduzido. Comentou, assim, que no documento estava a ser previsto o valor total de comparticipação, prevendo que tudo corra bem. Aproveitou, ainda, para alertar para uma questão que vinha acontecendo com muitas Câmaras, que se prendia com o facto de os empreiteiros estarem a concorrer com valores muito abaixo do preço base, não conseguindo depois terminar a obra e o processo, normalmente, acabava em tribunal, tendo de haver inclusivamente dissolução da empresa, com a consequência de a obra parar.-----

----- Subsequentemente à intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para dar resposta às três intervenções concluídas pelos Senhores Deputados.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por recordar a posição manifestada pelo Senhor Deputado Cardoso Leal, em representação do Grupo Municipal do PS, que apontava preocupações em determinadas áreas, e que apesar de se congratular, levantava, também, algumas dúvidas quanto à execução do saneamento. Relativamente a essas dúvidas, referiu que não iria haver qualquer problema, assim como quanto aos centros escolares, por se tratar de obras que já se encontram contratadas, pelo que pensa que irão correr bem.-----

----- Sobre a pretensão de ver mais despesa para outras áreas, como parques, jardins, entre outras, reconheceu alguma razão ao Senhor Deputado e, inclusivamente, disse que partilhava dessa sua pretensão. No entanto, e como o Senhor Deputado compreenderia, disse que para tal necessitava de números e como tinha de fazer opções, no momento não tinha muitas escolhas, ou fazia aquelas obras ou não. Não deixou de reconhecer, também, que numa ou noutra área teria de trabalhar muito bem o orçamento municipal, em termos de receitas municipais, para



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

poder fazer um pouco mais do que aquilo que estava previsto no orçamento.-----

----- Relativamente às Zonas Industriais e à preocupação manifestada pelo Senhor Deputado de estarem a ser gastas muitas verbas em Vilarinho do Bairro, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que também aquela era uma obra financiada, que iria ter a sua finalidade, pelo que a Câmara tinha de a ter prevista no orçamento, na sua globalidade, para poder pagá-la.-----

----- Sobre a preocupação também subjacente nas declarações do Senhor Deputado de aquela obra vir tarde, o Senhor Presidente da Câmara referiu que há uns anos àquela parte, através de hastas públicas, tem sido conseguida a venda de muitos lotes. Todavia, informou que no presente, era frequentemente pedida a prorrogação dos prazos de construção, atendendo ao facto de a actual conjuntura não ser a melhor, a qual era apreciada pelo Executivo Municipal.---

----- Não deixou, também, de concordar com o facto de se tratar de uma questão que vem de trás, mas não deixou, ainda, de sublinhar o facto de a legislação, de há longos anos a esta parte, ter vindo penalizar o concelho de Anadia, e continuar a penalizar, porquanto o concelho continua a ter algumas limitações, em termos de PDM, para esse efeito.-----

----- Sobre o sentido de voto do Grupo Municipal do PS, referiu que gostaria que o sentido fosse outro. Mas, disse compreender que apesar de os seus Deputados não concordarem com as opções tomadas pela maioria no Executivo, também ele próprio gostaria de fazer muito melhor do que aquilo que tinha feito, e também gostaria de aprovar algo melhor, mas na falta de meios, aprovava o possível. Deixou, assim, uma pequena chamada de atenção aos Senhores Deputados para o facto de a Câmara de Anadia não ser auto-suficiente, não ter tudo quanto quer e, daí, compreender, em certa medida, o gostar de ter melhor, mas também gostar que pensassem que melhor só com um milagre.-----

----- Chamou, ainda, a atenção dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, para o facto de estar condicionado a duas realidades: ao facto de só agora poder construir os Centros Escolares, e o saneamento, que também só agora o pode fazer.-----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Câmara Municipal reconheceu que o voto favorável era do seu agrado, e inclusivamente que o mesmo era bem argumentado, por se tratar de dois sectores na vida do concelho que dão emprego e oferecem infra-estruturas que há muito o concelho já devia ter.----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, começou por esclarecer que a Câmara não estava a contratar pessoal de que não necessita. Esclareceu, também, tratar-se de situações que não iriam aumentar o quadro, por serem lugares que se encontravam ocupados por várias pessoas, em regime de contrato por tempo determinado, relativamente às quais a lei determina, no final daqueles anos, que deverá ser aberto procedimento concursal, não para as pessoas, mas para os lugares, sublinhou. Reforçou, ainda, não haver aumento de pessoal.-----

----- Sobre as questões técnicas, disse que não iria dar resposta, uma vez que o Senhor Deputado poderia ver essas questões facilmente esclarecidas, até junto dos serviços. No



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entanto, relativamente à questão da rubrica para seminários e exposições, esclareceu, primeiro, haver uma certa forma de apresentar os orçamento, para explicar não se tratar daqueles seminários pagos, com orador pago principescamente, mas antes tratar-se de uma rubrica que onde são incluídas as exposições no Museu do Vinho, no Centro Cultural, na Biblioteca, a Feira do Vinho, sendo uma forma de apresentar as despesas.-----

----- Relativamente ao subsídio de férias, informou que a Câmara Municipal tem de o pagar, apesar de eles não o levantarem, e ainda tem de pagar o IVA, para além dos subsídios que têm de ser pagos e que são referentes aos vencimentos de valores mais baixos. Logo, concluiu que a verba tem de constar.-----

----- Sublinhou, ainda, que tudo tinha a sua lógica e sobre a terminologia das rubricas, admitiu que o Senhor Deputado poderia ter alguma razão numa ou outra situação, até porque nada é perfeito.-----

----- Entretanto, declarou-se de alguma forma melindrado com o facto de o Senhor Deputado falar em dois mil e quinze, por não estar a fazer campanha para dois mil e quinze e, quando muito, poderia fazer para dois mil e treze. Para além de que, explicou, teria de dar o QREN do POVT acabado em dois mil e treze e daí a razão de constar tudo da proposta de documentos previsionais, para além de que depois não pode lançar as obras a concurso a não ser na globalidade. Destacou, ainda, que não poderia haver grande manobra com os números, atendendo aos prazos definidos, e adiantou que, aceitando que pudesse fazer uma programação a dois mil e quinze, ficaria muito contente, em especial se fosse uma programação que à partida garantisse o sucesso do concelho, nem se importando, sequer, de estar a trabalhar para outros. O problema estava no facto de não saber sequer se iria ter dinheiro até dois mil e treze, rematando ser esse o seu grande desafio.-----

----- Não obstante a preocupação que possa ter, disse não ter dúvidas que tudo bem organizado, e com a necessária compreensão dos Senhores Deputados, relativamente à opção do Presidente da Câmara, que não poderia sair muito daquela linha, correria pelo melhor. Recordou, também, o facto de a Câmara estar condicionada na sua capacidade de fazer por aquela entidade chamada Troika, entretanto menos falada.-----

----- Disse que lhe parecia bem o Senhor Deputado levantar aqueles problemas, mas não deixou de chamar a atenção do Senhor Deputado para o facto de não haver qualquer intenção de esconder o que quer que fosse, e relativamente ao tipo de apresentação do documento, esclareceu que o mesmo também obedece a novas regras e, por esse motivo, o documento estar reduzido no seu tamanho. Reconheceu, também, que possa ter havido alguma dificuldade de enquadramento e admitiu, mesmo, que algumas rubricas financeiras poderiam não estar no lugar certo, mas a todo o tempo seria possível alterar, se necessário, acabando por pedir a compreensão dos Senhores Deputados para isso mesmo, porque, como tinha dito, nada é perfeito.-----

----- Apresentados os esclarecimentos por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para uma segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por referir que com seria do conhecimento do Senhor Presidente da Câmara, que a grande vantagem de um orçamento plurianual é precisamente o facto de não precisar de lá ter o dinheiro todo. Por isso, adiantou, é que há cada vez mais uma grande aposta em repartir por anos, até porque a não conseguir-se acabar a obra naquele ano é preferível reportá-la para o ano seguinte e mesmo que a obra acabe naquele ano, existem revisões de preços a pagar, e outras coisas, que só vão ser pagas no ano seguinte. Concluiu, portanto, que às vezes não valia a pena, para subir o valor do orçamento, estar a carregar tudo no mesmo ano, mas diluir nos anos seguintes, podendo a empreitada ser lançada na mesma, desde que a Câmara, para o Tribunal de Contas, ou para quem for, declare que a obra é plurianual e que está prevista na despesa.-----

----- Em relação aos seminários, esclareceu que o seu problema não estava no custo dos seminários, mas antes no valor que estava previsto para a acção social, duzentos e oitenta mil euros, para as redes de águas, cinquenta mil euros, quando comparados com o valor previsto para seminários, duzentos e vinte e cinco mil euros. Assim, constatou que, num ano em que se sabe que as famílias vão ter muito mais dificuldades económicas, o orçamento da Câmara previa um valor quase idêntico entre seminários e acção social.-----

----- Voltou a referir que a sua questão não se prendia propriamente com o valor dos seminários, até porque acha que os Técnicos deviam actualizar-se, mas antes com o facto de os valores serem muito próximos e muito baixos, destacando, em particular, um valor exíguo para a acção social e para a rede de águas.-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções dos Senhores Deputados no âmbito da discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Lúcia Araújo, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- A Senhora Deputada, depois de cumprimentar os presentes, naquela sua primeira intervenção da sessão, começou por se congratular, em nome do Grupo Municipal do PPD/PSD, com o documento apresentado e com as opções que do mesmo faziam parte. Apresentou, entretanto, a seguinte declaração na sequência da análise efectuada ao documento:-----

----- "A objectividade das propostas que têm como pano de fundo a melhoria das condições de vida das nossas populações, colocando-se na linha das prioridades questões como o abastecimento de água, o saneamento e a educação, o que tem sido apanágio, ao longo dos anos, deste Executivo. A saúde financeira do Município de Anadia, que nos permite, não só, a candidatura e consignação de várias obras inscritas, com uma resposta rápida e robusta por parte da tesouraria. Uma cuidada apreciação das necessidades humanas do Município, num momento em que a contratação de pessoal se encontra dificultada, e que a todos é solicitado um maior empenhamento.-----

----- Temos consciência de que as opções que ora tomamos, a pedido do Executivo, em ordem



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aos destinos do nosso concelho, para os próximos tempos, e apesar das inúmeras dificuldades dos tempos presentes, são equilibradas e assertivas. Pelo que o Grupo Municipal do PPD/PSD vai votar favoravelmente o documento apresentado.”-----

----- Para dar resposta às anteriores intervenções dos Senhores Deputados Sidónio Simões e Lúcia Araújo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em resposta ao Senhor Deputado Sidónio Simões, recordou ter explicado que o dinheiro que tinha era de saneamento e dos centros escolares, e que não seria muito justo da sua parte subtrair algum dinheiro a essas rubricas para dotar outras, que eventualmente não vinha fazer, apesar de equilibrar, por certo, melhor o orçamento, mas não iria realizar por ter a certeza de que o orçamento será esgotado rapidamente. Assim, referiu que depois teria de fazer a inversão de todos esses dinheiros novamente para o saneamento, concluindo que logo que o orçamento seja esgotado rapidamente, e bem, e havendo sobras, então, essa sobras seriam aplicadas em rubricas que gostaria de ver dotadas de mais dinheiro.-----

----- Sobre a intervenção da Senhor Deputada Lúcia Araújo, disse não esperar outra atitude, não por ser do Grupo maioritário que apoia o Presidente da Câmara, mas porque existe efectivamente, naquele orçamento, um equilíbrio e uma vontade de fazer. E, a prová-lo, disse estarem todas aquelas obras inscritas no orçamento e que estavam todas aprovadas e postas a concurso, não havendo qualquer grande obra que não tenha tido um acto concursal.-----

----- Reconheceu, também, que aquela opção dava garantia de execução e, por isso, a sua obrigação de dotar aquelas obras de forma eficaz. Portanto, sublinhou que o que constava do documento representava efectivamente o que era pretendido fazer. A concluir, declarou-se satisfeito com a posição do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Concluído esclarecimento prestado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, e não vendo qualquer outra solicitação para intervir no âmbito da discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação.-----

----- Finda a votação do ponto dois da ordem do dia, e estando a faltar à sessão apenas o Senhor Deputado do Grupo Municipal do PS, André Henriques, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que, por maioria, com vinte e oito votos a favor, um voto contra do Senhor Deputado João Tiago castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e seis abstenções, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, Cardoso Leal, Lúcia Cêrca, Rui Marinha, Mónica Lousado e Isabel Gonçalves, e também do Senhor Deputado Sidónio Simões, do CDS-Partido Popular, a Assembleia Municipal aprovava a proposta de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano dois mil e doze, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA.-----

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ponto dois da ordem do dia.-----

----- Subsequentemente, passou a apresentar o ponto três da mesma, *“Apresentação, discussão e votação da proposta de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Anadia, para o ano dois mil e doze, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA”*.-----

----- Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara explicou tratar-se de um documento que habitualmente não costumava gerar tanta discussão como o do Município de Anadia. Assim, referiu ser um documento muito curto, em termos de tamanho e de verbas envolvidas, pelo que a sua discussão política não poderia ser muito longa.-----

----- Entretanto, e apesar de constatar que as águas de Anadia são abundantes e de qualidade, referiu que presentemente a independência das águas de Anadia não era total. Assim, informou que os Serviços, actualmente, já tinham problemas na aplicação das tarifas, não podendo aplicar o valor que querem.-----

----- Aproveitou para dizer que a água custa pouco aos Serviços Municipalizados, porque a partir da altura em que os furos terão sido pagos, praticamente só havia o custo de exploração, com a energia e com o pessoal, concluindo tratar-se, portanto, de uma fonte de receita garantida. Referiu, ainda, que inclusivamente, no tempo em que todos os preços sobem, e numa acção de cariz social, poderia baixar o custo da água, mas não o poderia fazer pelas regras que são impostas por um organismo chamado PEAASAR, no sentido de subir as tarifas.--

----- Assim, constatou que, como resultado, era só trocar o dinheiro dos Anadienses, que pagam o custo da água nos Serviços Municipalizados e estes prestarão outros serviços aos municípios. Manifestou-se, então, satisfeito com o facto de estar a apresentar um documento de um produto que dá garantia de sustentabilidade aos Serviços Municipalizados de Anadia, sem criar qualquer dívida à Câmara Municipal, e ao mesmo tempo orgulhoso porque, ao contrário de outros, não vendeu o seu património. E considerou não haver muito a discutir quanto aos números, nem lhe interessar os números, mas mais o trabalho realizado.-----

----- Recordou, a terminar, que o documento tinha sido apreciado no Executivo Municipal com a abstenção dos Vereadores do PS, comentando não ver razões para tal, mas adiantando, também, que a liberdade de pensamento, de voto e de escolha, por enquanto, ainda vai sendo apanágio dos tempos. Concluiu, considerando que o documento era suficientemente esclarecedor do trabalho realizado pelos Serviços Municipalizados, pelo que o deixava à consideração dos Senhores Deputados.-----

----- No período de discussão do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado concordou não haver muito a discutir quanto aos números, mas antes



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quanto às lacunas que o documento apresenta. Por tal motivo, disse que iria apresentar algumas questões que gostaria de ver esclarecidas.-----

----- Uma primeira questão prendia-se com uma situação de injustiça, na sua opinião muito grave, que constatou existir, quanto ao facto de haver pessoas que utilizam o saneamento e como não têm contador de água, não pagam água ou não pagam saneamento. Destacou tratar-se de uma situação de injustiça que gostaria de ver colmatada de alguma forma, pelo que pedia ao Senhor Presidente para o informar das medidas que pretendia adoptar no sentido de resolver aquela situação de injustiça, para que não se repita no próximo ano. Reforçou, ainda, não ser justo que haja pessoas que utilizem o saneamento sem pagar, concluindo que todos devem ter água e todos devem ter saneamento e corresponder com as suas obrigações.-----

----- Uma segunda questão prendia-se com as fugas de água da rede, que são mais do que muitas, constatou. Para o efeito, recordou que o Senhor Presidente dava a explicação de que era perdida pelos buracos, e tinha sempre uma resposta, fazia mais buracos, ou mais furos, porque como a água sai pelos buracos da canalização, o Senhor Presidente fazia mais furos para meter mais água nos buracos da canalização. Concluiu, referindo tratar-se de uma alternativa que não o satisfazia, nem lhe parecia ser solução.-----

----- Concluiu, ainda, não lhe parecer que a solução passasse por abrir mais furos, mas antes em reparar as canalizações. No entanto, adiantou que da análise do documento, não via qualquer plano de acções de melhoria das redes de água, de modo a que aquelas fugas sejam de uma vez por todas erradicadas, ou pelo menos minoradas, pelo que gostaria que o Senhor Presidente lhe dissesse onde se encontra isso, porque, em sua opinião, não se encontra e será uma lacuna.-----

----- Antes de concluir, disse ter tentado ver o quadro de pessoal, mas como os números e as letras eram tão minúsculos, não conseguia ver e, portanto, não poderia tecer qualquer comentário, que não sugerir um pouco mais de atenção na apresentação dos documentos porque, daquela forma, ficavam privados de comentar.-----

----- Para outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por referir que logo na introdução do documento aparecia como missão dos Serviços, garantir o abastecimento de água e a prestação de serviços de saneamento básico às populações residente no concelho de Anadia, cumprindo elevados padrões de qualidade. Então, o Senhor Deputado perguntou, sendo aquela a missão dos Serviços, por que motivo aparecia no Plano e nas GOP da Câmara o grande bolo das redes. Acrescentou, ainda, que sendo aquela a missão dos Serviços, competiria aos Serviços realizar as redes.-----

----- Quanto ao resto disse ter pouco a comentar, apenas o facto de algumas das acções previstas naquele documento terem praticamente a mesma denominação de acções previstas no documento da Câmara, com valores baixos. No entanto, não deixou de sublinhar o facto de



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os Serviços conseguirem fazer uma previsão até dois mil e quinze, com acções plurianuais até àquele ano, ao contrário da Câmara Municipal, quando o gestor e a casa são os mesmos. Concluiu, dizendo que não conseguia perceber aquela diferença.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os devidos esclarecimentos.-----

----- Em resposta ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que as pessoas só não pagam a água se não a têm ligada à rede e como não a têm ligada, o Senhor Deputado pressupõe que não pagam o saneamento. No entanto, esclareceu o Senhor Deputado que não funcionava assim, porque a pessoa que requer a ligação do saneamento fica imediatamente sujeita a pagamento. Esclareceu, ainda, que o que acontecia, também, e não deveria acontecer, é que a lei define que toda a gente tem de ter água e saneamento, mas como a lei é igual para todos, também a Câmara tem obrigação de fornecer água e saneamento a todos, e só agora estava a fazê-lo.-----

----- Para o efeito, informou que os Serviços estavam a obrigar todos os que estão servidos por rede pública, quer de saneamento, quer de água, a fazer as respectivas requisições, na medida em que existem pessoas, principalmente nas zonas rurais, que ainda têm poço, e talvez para não gastar dinheiro, ou por outras razões, prescindem da ligação à rede pública. No entanto, adiantou que todas as pessoas iriam ter de proceder a essa ligação, mas não deixou de referir que a Câmara Municipal também tem de ser uma pessoa de bem, e não pode chegar a uma localidade que tem metade do abastecimento garantido, e no resto dessa povoação nada tem, e obrigar essas pessoas a ligar. Por que não é também obrigada a levar aos outros que não têm, perguntou. Concluiu tratar-se de uma situação complicada de explicar, mas que era uma realidade e era do conhecimento das próprias entidades fiscalizadoras e certificadoras dos respectivos sistemas.-----

----- Garantiu, a concluir, que a Câmara Municipal, e os Serviços, tudo farão para diminuir essas situações, mas com a consciência de que não será uma tarefa fácil de realizar.-----

----- Relativamente à questão das fugas, começou por dar a conhecer ao Senhor Deputado que há já bastante tempo tinha sido solicitado um estudo para a monitorização de toda a distribuição da rede de água, o qual não era muito favorável.-----

----- Entretanto, reconheceu desconhecer o valor gasto em água, pelo facto de os Serviços não disporem de um controlo possível, na medida em que as fontes de alimentação são várias e a rega de jardins não é contabilizada. Por tal facto, concluiu da necessidade de ser realizado um investimento não só na monitorização, mas também adiantou que essa monitorização só será conseguida se tudo o que sair das condutas principais tiver realmente referenciado em termos de contagem, o que antecipou ser difícil.-----

----- Informou, ainda, que o que tem levado os Serviços a não implementar o sistema de monitorização, para além dessas dificuldades, é o facto de o sistema não cobrir o concelho todo,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a não ser que a acção se estenda às Juntas de Freguesia que também têm os seus jardins. No entanto, adiantou que os Serviços não cobram esses consumos, apesar de as Juntas serem obrigadas por lei a pagar tudo isso, numa tentativa de minimizar as já muitas despesas das Juntas de Freguesia, e também como uma forma de as ajudar.-----

----- Informou, também, o Senhor Deputado que provavelmente no outro orçamento lhe diria o mesmo que lhe estava a dizer naquele dia, que continua a não ter possibilidades. No entanto, acrescentou que por estimativa os Serviços poderiam conseguir apurar melhor essa questão, por saberem quanto é bombeado e quanto é facturado, mas não deixou de sublinhar que isso só não seria exacto por haver muita água que não é facturada, e daí a vontade dos Serviços em resolver o problema.-----

----- A terminar os esclarecimentos às questões do Senhor Deputado Rui Marinha, referiu que não haveria grande urgência na resolução do problema porque, e fazendo uso de um termo aplicado pelo Senhor Deputado, a água sai de um buraco e entra noutra, ou seja, não sai do concelho. Aproveitou a oportunidade para dizer que precisamente uma das razões por que não tinha aceite o esquema de funcionamento do saneamento era por não entender que fossem retirados muitos milhões de litros de água para ela ir ter ao Atlântico sem qualquer tipo de aproveitamento no seu intervalo. Anadia, pelo menos, argumentou, se não aproveitar a água, nas ETAR's pode aproveitar os resíduos, para energia, para fertilizantes, entre outros, e concluiu da vantagem em ter o sistema no concelho, apesar de reconhecer que nem tudo é perfeito e nem tudo é possível.-----

----- Concordou, entretanto, com o facto de os números e as letras do mapa de pessoal serem muito pequenos, mas adiantou tratar-se uma questão da responsabilidade dos técnicos.-----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o que poderia dizer ao Senhor Deputado era que se pusessem os Serviços Municipalizados a realizar aquele tipo de empreitada, e em especial as apoiadas pelo QREN, esta entidade pediria, de imediato, a sustentabilidade financeira. Como os Serviços não têm essa sustentabilidade, concluiu que tal só seria possível se a Câmara Municipal se responsabilizasse pelos Serviços.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado disse que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara Municipal informasse a Assembleia se as populações que ainda não têm água potável ao domicílio, pública, vão começar a ter ou não, nomeadamente o Amieiro, Corgo, Ferreirinhos. O Senhor Deputado sublinhou, assim, a necessidade de o Senhor Presidente informar a Assembleia Municipal, porque a resposta iria influenciar o sentido de voto dos Senhores Deputados relativamente à aprovação dos Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados, ou não.--

----- Recordou, entretanto o mecanismo de que dispunham de votar contra, porque se



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

efectivamente não for dada resposta por parte do Senhor Presidente da Câmara àquelas populações que injustamente, há muitos anos, não têm água potável, e que inclusivamente, injustamente, não podem vender as suas habitações porque quem vai comprar quer água canalizada. Adiantou, assim, que teriam de votar contra, como forma de protestar contra aquela situação injusta.-----

----- Aproveitou, entretanto, a discussão havida sobre desperdício, para referir que a obra contígua ao edifício da Câmara Municipal, que não sabiam se seria para albergar os serviços do SMAS ou outros, porque até então o Senhor Presidente da Câmara ainda não tinha informado os cidadãos sobre quem iria ocupar aquela obra de três milhões, estava a desperdiçar água constantemente. Sublinhou, então, tratar-se de um recurso escasso e acrescentou que qualquer pessoa poderia ouvir a água a jorrar para qualquer sítio, desconhecido, que não para as torneiras dos munícipes, e que a conta da água continuava devagarinho a aumentar. E adiantou, ainda, que quando já não existirem quaisquer recursos, ou quando os recursos estiverem todos contaminados, como alguns já estavam, queria ver onde Anadia iria estar, então, tão lá em cima no que diz respeito aos serviços de água que proporciona aos cidadãos.--

----- Portanto, e a finalizar, o Senhor Deputado colocou as seguintes questões muito concretas: as populações não têm água potável vão tê-la? Quando? Para que serve aquela obra ali? Quais são os contratos que já têm e se os SMAS vão ocupar ou não aquele espaço?-----

----- Perante as últimas questões do Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal alertou para o facto de o Senhor Presidente poder não responder, uma vez que os assuntos abordados não faziam parte da discussão daquele terceiro ponto da ordem do dia. De imediato, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por recordar que estavam a discutir água e voto e referiu que diria ao Senhor Deputado quando aquelas populações iriam ter água da rede pública se o Senhor Deputado se comprometesse a votar a favor. Concluiu, sublinhando que estavam a discutir um orçamento e não assuntos paralelos ao orçamento.-----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado começou por constatar que do orçamento, e na área da despesa, constava uma verba em horas extraordinárias para reparação e eliminação das perdas de água, e constatou, igualmente, uma verba na parte do saneamento. Ora, referiu que tais verbas lhe despertaram a atenção porque há dias tinha sido informado por um cidadão de Sangalhos, que na conduta terminal que conduz o saneamento à ETAR, junto ao Lar da Misericórdia, que há uns meses tinha sido alvo de um furto de várias tampas de saneamento, não tinham sido repostas as tampas ao longo de toda a conduta e o saneamento estava a jorrar para os campos dos proprietários.-----

----- Pelo exposto, e como os proprietários se deparavam com alguma dificuldade em chegar ao local das vinhas, e não só, para executar a sua limpeza, para além de que a própria conduta



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estava a contaminar o solo com as lamas lançadas à superfície, pediu ao Senhor Presidente da Câmara para proceder de imediato à reposição e à limpeza daquele assunto, atendendo à sua gravidade.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse ter tomado nota da situação exposta pelo Senhor Deputado e informou-o de que as tampas tinham sido repostas, mas tinham sido novamente alvo de furto, e possivelmente seriam sempre que fossem repostas, lamentavelmente.-----

----- Sobre o problema nas condutas, de algum desvio no saneamento, adiantou que iria mandar averiguar a situação, antecipando que deveria tratar-se de alguma questão de entupimento.-----

----- Depois do esclarecimento prestado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, por ser aquela a sua primeira intervenção da sessão, passou a dar uma nota rápida sobre algo que considerou que tinha faltado dizer, de tudo o que tinha sido dito. Disse, então, que o orçamento em discussão mostrava que na Câmara se trabalhava, assim como nos Serviços, e que se conseguia fazer muito com tão pouco.-----

----- Prometeu, ainda, votar a favor se os Serviços continuassem a fazer o mesmo e continuassem a prestar aquele serviço, porque apesar de muita gente dizer que tal não seria possível, a verdade era que tinham uns serviços de águas de excelência, ainda que talvez com um pouco de fugas a mais. Não obstante, concluiu ser possível fazer bom e barato e concluiu, ainda, que a Câmara Municipal de Anadia assim tem feito e os Serviços também.-----

----- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de discussão do ponto três da ordem do dia e iniciou a votação desse ponto três.-----

----- Submetido a votação o ponto três da ordem de trabalhos, e estando a faltar os Senhores Deputados, Cardoso Leal e André Henriques, ambos do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que, por maioria, com um voto contra do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, quatro abstenções dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, Lúcia Cerca, Rui Marinha, Mónica Lousado e Isabel Gonçalves, e com vinte e nove votos a favor, dos restantes Senhores Deputados presentes naquela sessão, a Assembleia Municipal aprovava a proposta de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Anadia, para o ano dois mil e doze, de acordo com o estabelecido na alínea b),



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA.-----

----- Decorrida a votação, e anunciado o seu resultado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto três da ordem do dia.-----

----- De imediato, deu também por encerrado o período da ordem do dia e passou ao período de intervenção do público.-----

----- Não tendo sido solicitada a intervenção por parte de qualquer cidadão, anunciou que, nos termos do Artigo trigésimo sexto do RAMA, não iria haver intervenção do público naquela sessão ordinária de vinte e dois de Dezembro de dois mil e onze.-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao Plenário da apresentação de uma proposta por parte do Grupo Municipal do PPD/PSD, subscrita pela sua líder, para, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 20.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, aprovar em minuta os pontos dois e três da ordem do dia, a fim de produzirem efeitos de imediato.-----

----- Depois de submeter à votação a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, de aprovação em minuta dos pontos dois e três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor, zero abstenções e zero votos contra, adiantando que se encontravam presentes na votação os Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, Cardoso Leal e André Henriques.-----

----- Antes de dar por terminada a sessão ordinária do dia vinte e dois de Dezembro de dois mil e onze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em nome da Mesa, aproveitou para desejar a todos um Santo Natal e desejar, também, a todos, na sua via pública, política e privada, sobretudo na familiar, que o ano de dois mil e doze possa trazer a todos o que dois mil e onze não foi capaz, ou o que dois mil e onze deixa como perspectiva de mais negativo. Referiu, ainda, que não poderiam imaginar que o barco anda sempre aos tombos, e muito menos imaginar que por cima das nuvens de um dia de tempestade o sol não continua a brilhar. Disse, a terminar, ser isso que todos no país, e no concelho, tinham de pensar, que por cima da tempestade que a todos abate, o sol continua a brilhar e o dia de amanhã poderia ser, sem dúvida alguma, um dia de muita esperança. Declarou, assim, serem esses os seus votos e os votos da Mesa para o próximo ano.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal anunciou que a sua declaração de voto, naquela altura, era muito simples, um desejo de um Bom Natal. Quanto ao novo ano, como não sabia o que era esperado em termos de crise, desejou tudo de bom em termos de família e em termos pessoais para todos, como desejava para ele próprio. Felicidades autárquicas também desejou, mas não crendo que tal pudesse acontecer. De qualquer forma, desejou um Bom Natal e um Bom Ano Novo para todos.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu ainda a conhecer ao Plenário que o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco tinha entregue uma justificação de voto referente



**MUNICÍPIO DE ANADIA**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

ao ponto três da ordem do dia, com o seguinte teor:-----

----- "O Excelentíssimo Senhor Deputado apenas votou contra por não ter sido informado pelo Senhor Presidente da Câmara sobre a conclusão, ou não, do abastecimento de água às populações que ainda não têm água pública ao domicílio, nomeadamente Amieiro, Corgo e Ferreirinhos."-----

----- Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e, de imediato, deu por encerrada a sessão ordinária, quando eram dezassete horas e trinta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -

